

**AVALIAÇÃO DE RECERTIFICAÇÃO DO MANEJO DAS PLANTAÇÕES
FLORESTAIS PERTENCENTES À TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A.
NA REGIÃO DE TIMBÓ GRANDE
NO ESTADO DE SANTA CATARINA
BRASIL**

**CONDUZIDO CONFORME OS PRECEITOS DO FSC
E DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO FLORESTAL DA SCS**

**Programa de Certificação Acreditado pelo FSC
Certificado registrado sob número
SCS-FM/COC-00065P**

**SUBMETIDO PARA
TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A
Rua Cândido de Abreu, 776, sala 2401 – Centro Cívico
Curitiba – Estado do Paraná
BRASIL**

Coordenado por Vanilda Rosângela de Souza
Data da auditoria de campo: 13 a 16 de outubro de 2008

Data da versão final do relatório: 6 de Abril de 2009
Data da certificação: 6 de Abril de 2009

**PELA
SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS
2200 Powell St., Suite 725
Emeryville, CA 94608, USA
www.scscertified.com**

Contato da SCS: Dave Wager - dwager@scscertified.com
Contato da Timbó Empreendimentos: Fábio Brun – fbrun@resourcegmt.com

Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação da equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo FSC (Forest Stewardship Council). Esta seção estará aberta ao público em geral e tem a intenção de propiciar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais e do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será colocada na página WEB da SCS (www.scscertified.com), em, no máximo, 30 dias após a certificação. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso da empresa.

Processo de recertificação

Processo de recertificação do manejo desenvolvido pela empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A em Timbó Grande, Santa Cecília, Irineópolis, Major Vieira e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, Brasil, com uma área total de 13.557,31 hectares, sendo composta por **7.290,00** hectares de plantações de pinus, 5.205,11 hectares de áreas de conservação de vegetação nativa e 1062,2 de infraestrutura, sedes, etc.

PREFÁCIO

De acordo com o sistema do Conselho de Manejo Florestal (ou FSC, por sua sigla em inglês), as operações florestais que cumprem os padrões internacionais de manejo florestal podem ser certificadas como “bem manejadas”, estando habilitadas para usar o logotipo do FSC, para fins de mercado. Essa certificação é válida por um período de cinco anos, quando então, se deve fazer uma nova avaliação para re-certificação. Esse processo deve ser repetido a cada 5 anos.

A SCS – Scientific Certification Systems, certificadora credenciada pelo FSC – Forest Stewardship Council foi contratada pela empresa **Timbó Empreendimentos Florestais S.A** para realizar uma avaliação de recertificação das florestas, anteriormente pertencentes à Agropastoril Novo Horizonte, localizadas em Timbó Grande, Santa Cecília, Irineópolis, Major Vieira e Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, Brasil. Essas unidades florestais dispõem de uma área total de 13.557,31 hectares, sendo composta por **7.290,00** ha de plantações de pinus e 5.205,11 ha de áreas de conservação, com vegetação nativa.

A equipe multidisciplinar de especialistas, em recursos naturais, coletou e analisou material documentado, realizou consulta pública através de questionários e reunião pública, conduziu entrevistas, realizou auditorias de campo e de escritório durante quatro dias, nas propriedades requeridas para a avaliação de certificação. Depois de finalizada a fase de coleta de dados, a equipe concluiu que a empresa cumpre os Princípios e Critérios do FSC, de modo a recomendar a certificação.

Este relatório tem como objetivo apoiar a recomendação da recertificação FSC de 5 anos para o manejo das plantações florestais da **Timbó Empreendimentos Florestais S.A** no Estado de Santa Catarina. Após a avaliação completa do manejo desenvolvido pela empresa, a equipe de auditores definiu algumas pré-condicionantes (condições que deveriam ser resolvidas ou adequadas antes da finalização do relatório de auditoria), as quais foram entregues à empresa e cumpridas em sua totalidade, conforme verificação da SCS. A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A, que está assumindo o manejo das florestas, até então pertencentes à Agropastoril Novo Horizonte **S.A.**, deve dar continuidade a esses programas. Caso a certificação seja concedida, a certificadora deverá colocar este sumário público na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	2
SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS	6
1 INFORMAÇÕES GERAIS	6
1.1 Dados Requisitados pelo FSC	6
1.2 Contexto do Manejo Florestal	7
1.2.1 Contexto ambiental.....	9
1.2.1.1 Clima.....	9
1.2.1.2 Recursos hídricos.....	9
1.2.1.3 Geologia e relevo.....	9
1.2.1.4 Solos.....	9
1.2.1.5 Flora e fauna.....	10
1.2.2 Contexto socioeconômico e breve histórico da região	11
1.3 MANEJO FLORESTAL.....	12
1.3.1 Uso do solo	12
1.3.2 Áreas fora do escopo da certificação	13
1.3.3 Sistema de controle da origem, seguimento e identificação dos produtos da floresta ...	13
1.3.3.1 Avaliação de riscos de contaminação de produtos certificados e não certificados....	13
1.3.3.2 Descrição do sistema de controle das toras	13
1.3.3.3 Ponto final da cadeia de custódia	13
1.4 Plano de Manejo	13
1.4.1 Objetivos do manejo	13
1.4.2 Composição da Unidade de Manejo.....	14
1.4.3 Sistema silvicultural	17
1.4.4 Sistema de manejo	18
1.4.5 Sistema de monitoramento	22
1.4.6 Estimativa da sustentabilidade da produtividade florestal.....	24
1.4.7 Estimativa da produção planejada e atual.....	24
1.4.8 Uso de Pesticidas	25
2 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	25
3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	26
3.1 Datas de Avaliação	26
3.2 Equipe de Avaliação	26
3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	27

3.3.1	Itinerário	28
3.3.2	Avaliação do sistema de manejo	29
3.3.3	Seleção das fazendas avaliadas.....	30
3.3.4	Sítios visitados.....	30
3.3.5	Consultas às lideranças locais (Stakeholders)	31
3.3.5.1	<u>Modelo - Consulta pública da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.</u>	33
3.3.5.2	<u>Modelo - Questionário de Consulta Pública da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.</u>	35
3.3.5.3	Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe.....	37
3.3.6	Outras técnicas de avaliação	38
3.4	Tempo Total Utilizado na Auditoria.....	38
3.5	Processo de Determinação das Conformidades	39
4	RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	40
5	DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO	45
5.1	Recomendação da Certificação.....	45
5.2	Ações Corretivas Requeridas (CAR)	46
6	AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO	52
7	RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO ÀS INVESTIGAÇÕES DE QUEIXAS.....	53
SEÇÃO B – RESULTADOS DETALHADOS DA AVALIAÇÃO COMPLETA		54
1.	OBSERVAÇÕES DETALHADAS DE CONFORMIDADES	54
	PRINCÍPIO 01: OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC	54
	PRINCÍPIO N.º 2: DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO DA TERRA.....	57
	PRINCÍPIO N.º 3: DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	60
	PRINCÍPIO 04 : RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES	62
	PRINCÍPIO 05: BENEFÍCIOS DA FLORESTA.....	69
	PRINCÍPIO 06 : IMPACTO AMBIENTAL	76
	PRINCÍPIO 07: PLANO DE MANEJO	80
	PRINCÍPIO 08 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	84
	PRINCÍPIO 09 - MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO	88
	PRINCÍPIO 10 - PLANTAÇÕES FLORESTAIS	90
2.	SITUAÇÕES CONTROVERSAS.....	95

3. ANEXOS	96
ANEXO 1 - ACORDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONDICIONANTES DA CERTIFICAÇÃO.....	97
ANEXO 2 – PARTES INTERESSADAS – GRUPOS E INDIVÍDUOS.....	100
2.1 Lista das instituições consultadas.....	100
2.2 Lista de participantes nas reuniões públicas.....	104
2.3. Lista de entidades entrevistadas durante o processo de avaliação.....	105

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Dados Requisitados pelo FSC

Empresa	Timbó Empreendimentos Florestais S.A.
Contato:	Fábio Blun
Endereço:	Av. Candido de Abreu, 776 sala 2401 Centro Cívico Curitiba PR - CEP 80530-000
Telefone	+55 (41) 3253-2818
Fax	+55 (41) 3253-2818
Email	fbrun@resourcegmt.com
WEB	www.resourcegmt.com
Tipo de certificação	Um único plano de manejo (UFM).
Número de UMF	1
Número de fazendas da UMF avaliadas com menos de 100 ha	0
De 100 a 1.000 ha	7
De 1.000 a 10.000 ha	4
Acima de 10.000 ha	0
Localização da floresta a ser certificada:	
Latitude	50° 27'38" a 50° 42'38"
Longitude	26° 28'21" a 26° 43'39"
Região florestal	Planalto Catarinense
Área florestal total das fazendas avaliadas, incluída na UMF	13.557,31 ha
Com menos de 100 ha	0
De 100 a 1.000 ha	2.198,17
De 1.000 a 10.000 ha	11.359,14
Com mais de 10.000 ha	0
Posse da terra	Particular (100 %)
Número de trabalhadores florestais (incluindo terceiros) que atuam na área certificada	142
Lista de pesticidas empregados na UMF	Mirex-S (Sulfluramida); Glifosato Nortox (Glifosato).
Área de proteção florestal, protegidas das atividades de colheita florestal e manejadas preferencialmente para conservação.	4.513,79 ha
Lista de valores de alta conservação presentes	A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. definiu como Floresta de Alto Valor de Conservação todas as áreas de Reserva Legal averbadas, bem como as Áreas de Preservação Permanente, até a finalização dos estudos de fauna e flora e definição dos atributos a serem conservados.
Área florestal produtiva	7.290,00 ha
Área florestal produtiva classificada como "plantações" para cálculo da Taxa Anual de Acreditação (AAF)	7.290,00 ha
Lista das madeiras comerciais incluídas na	<i>Pinus taeda</i> e <i>Pinus elliottii</i> (Pinus)

avaliação (nome botânico e comum)	
Volume anual aproximado autorizado para colheita	205.000,00 m ³
Lista da categoria dos produtos certificados conjuntamente FM/COC e, portanto, possíveis de serem vendidos como produtos FSC	Toras, resíduos da colheita

1.2 Contexto do Manejo Florestal

A TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A. é uma empresa brasileira, de direito privado, criada em 17 de março de 2008, a partir da necessidade de assumir as áreas florestais pertencentes à Agro Pastoral Novo Horizonte S.A. A empresa, administrada pela RMS do Brasil Administração de Florestas Ltda., é controlada e gerida por 3 diretorias, sediadas na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Fig. 1). A empresa assumiu 14.410,76 ha de florestas de pinus localizadas na região de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, e produz toras de diversas bitolas para o mercado regional.

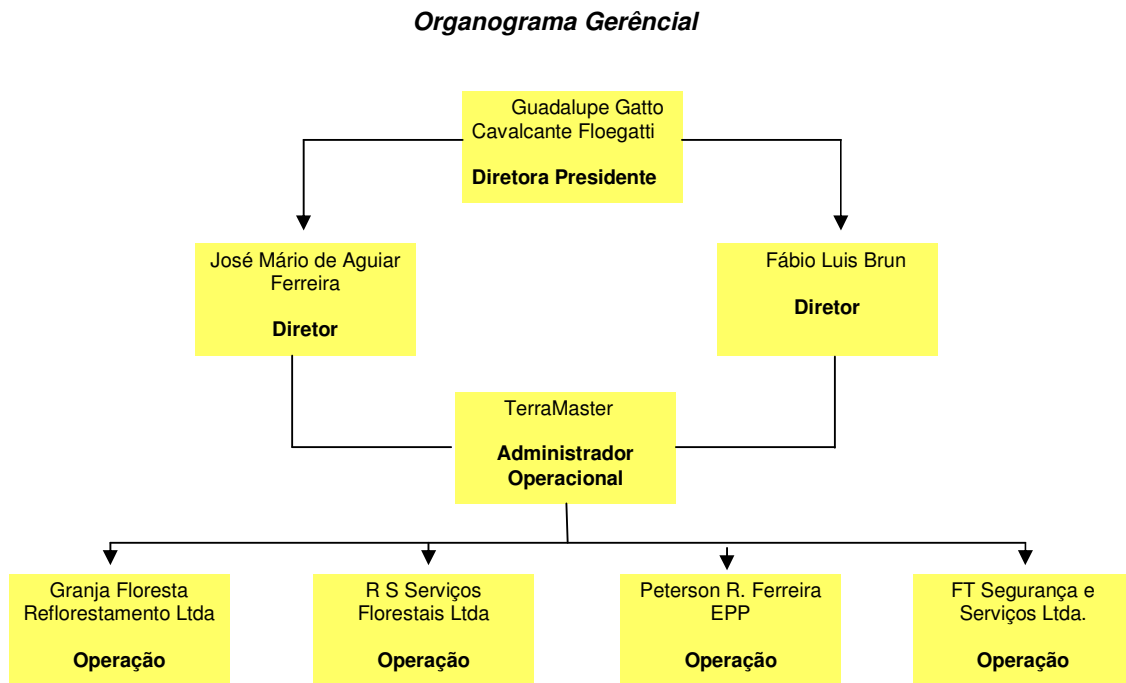


Fig 1. Estrutura organizacional da diretoria florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

O manejo de plantações florestais, desenvolvido pela Timbó Empreendimentos Florestais S.A. segue as normas e legislações nacionais e estaduais pertinentes à atividade. Devem ser seguidas as seguintes principais regulamentações:

Na esfera federal:

- a. Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65, alterado pela Lei 7803/89) – Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), reposição florestal obrigatória

- b. Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, que altera a Lei 4.771/65 (Código Florestal) -
- c. Resolução do CONAMA 0004/85 - Preservação Permanente
- d. Lei Federal 6.938/81 - Preservação Permanente
- e. Lei Federal 7.754/89 - Preservação Permanente
- f. Lei Federal 8.171/91 – Reserva Legal
- g. Medida Provisória nº 1.956-53, de 2000 – restauração das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal
- h. Decreto Federal 50.877/61 - Resolução CONAMA 357/05 (revoga a 20/86) – estabelecimento de carga poluidora máxima para cada classe de uso
- i. Lei Federal 7.802/89 (regulamentada pelo Decreto Federal 98.816/90) - Portaria IBAMA 84/96 – uso de pesticidas.
- j. Lei Federal 6.938/81 regulamentada pelo Decreto Federal 99.274/90 – Impacto Ambiental
- k. Lei Federal 6.938/81 (regulamentada pelo Decreto Federal 99.274/90) -Resolução CONAMA 237/97 - Licenciamento de infraestrutura viária e cascalheiras.
- l. Lei Federal 9.605/98 - Lei de crimes ambientais -
- m. Portaria IBAMA 162/97 - Lei Federal 9.393/96–Imposto Territorial Rural e Ato Declaratório Ambiental
- n. Lei 10.267/01 - novo Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

Na esfera estadual:

- Instrução Normativa n. 15 – FATMA - Averbação da reserva florestal legal
- Instrução Normativa n. 16 – FATMA - Recuperação de áreas florestais degradadas
- Instrução Normativa n. 20 – FATMA – florestamento e reflorestamento de essências arbóreas
- Instrução Normativa n. 22 – FATMA – Manejo florestal sustentado - Licença Ambiental Prévia – LAP
- Instrução Normativa n. 43 – FATMA – supressão de vegetação exótica em Áreas de Preservação Permanente
- Instrução Normativa n. 46 – FATMA – reposição florestal
- Instrução Normativa n. 51 – FATMA - Definir os procedimentos e a documentação necessários para a Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual no Estado de Santa Catarina.

Na esfera municipal:

- a. Recolhimentos do ISSQN, quando da utilização de serviços por parte de terceiros.

Além disso, são obrigatórios todos os recolhimentos trabalhistas, na esfera federal, que incluem:

- a. Recolhimentos previdenciários
- b. Recolhimentos para o FGTS

c. Recolhimentos aos órgãos corporativos (Contribuição Sindical)

1.2.1 Contexto ambiental

As Unidades de Manejo Florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. estão localizadas na região sul, no planalto meridional brasileiro, mais especificamente na porção central, ao norte do planalto de Santa Catarina, próximo à divisa com o Estado do Paraná.

1.2.1.1. Clima

O clima na região, segundo o sistema de classificação climática de Köppen (SDM, 1997), é do tipo Cfb (mesotérmico úmido, sem estação seca e com verões frescos, apresentando temperatura média anual de 17° C). As geadas são mais frequentes em junho, julho e agosto, quando ocorre uma média de 17,4 geadas/año. Quanto à precipitação pluviométrica, a média é de 1.473,3 mm/año.

1.2.1.2. Recursos hídricos

A área abrangida pela UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. engloba uma extensa rede de drenagem, a qual pertence à “Região Hidrográfica do Planalto de Canoinhas”. Situa-se nas nascentes do lado oeste da Serra do Mar, direcionando suas bacias hidrográficas para o interior, tendo como principais rios o Rio Timbó Grande que atravessa algumas das fazendas da UMF da empresa, afluente do Rio do Peixe e o Rio Caçador Grande, afluente do Rio Tigre. O Rio Tamanduá, o Rio Cachoeira e seus afluentes ocorrem nos limites do município Timbó Grande e cortam algumas fazendas da empresa. As principais bacias e sub-bacias são:

- Bacia do Peixe (Rio Timbó);
- Bacia do Tigre (Rio Caçador Grande);
- Sub-bacia do Rio do Peixe.

1.2.1.3. Geologia e relevo

A geologia da região de inserção das áreas da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. é representada, exclusivamente, por rochas oriundas dos derrames basálticos denominados de “Formação Serra Geral”. Esta denominação, hoje generalizada, foi utilizada por White em 1908 (DNPM, 1974), em seu clássico trabalho *Relatório Final da Comissão das Minas de Carvão de Pedra no Brasil*. Sob essa designação, são descritas as rochas vulcânicas extrusivas da bacia do Paraná, representadas por uma sucessão de derrames que cobrem quase cinquenta por cento da superfície do estado de Santa Catarina.

Duas sequências são destacadas: a Sequência Básica, predominante nos níveis mais inferiores, é representada por basaltos e fenobasaltos, com diques e corpos tabulares de diabásio, com ocorrências ocasionais de lentes de arenitos interderrames, brechas vulcânicas e vulcano-sedimentares, além de andesitos e vidros vulcânicos; e a Sequência Ácida, predominando em direção ao topo do pacote vulcânico, está representada por riolitos, riolitos e dacitos. Do ponto de vista morfoestrutural, a unidade de relevo é chamada de Planalto das Araucárias (IBGE). O relevo de Timbó Grande é constituído por planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas com denudação periférica.

1.2.1.4. Solos

Nas áreas de atuação Timbó Empreendimentos Florestais S.A., predominam os solos derivados de rochas eruptivas básicas, intermediárias e ácidas que são enquadrados na categoria de *Latossolo Bruno Húmico* álico, de acordo com a Embrapa e Projeto Radam (1984). Na região, podem estar presentes, ainda, os solos denominados de *Terra Bruna Estruturada e Solos Litólicos* (SEPLAN, SC – 1991). Estes solos apresentam média a boa fertilidade, em relevos praticamente planos. Estes solos se apresentam viáveis para o manejo florestal, com restrições em determinadas áreas.

A classificação denominada *Latossolo Bruno Húmico* caracteriza solos minerais, não hidromórficos, apresentando sequência de horizontes A, B e C, com horizontes B Litossólico de coloração brunada e horizontes superficiais ricos em matéria orgânica (com teor maior que 1 % até a profundidade de 1 m), muito argilosos, bem drenados e com baixa relação silte/argila. Os solos desta classe apresentam quantidade de Óxido de Ferro (Fe_2O_3) variando de 11 % a 29 % e relação Sílica-Alumínio (SiO_2/Al_2O_3) com Ki variando entre 0,8 e 1,9, além de alto teor de alumínio trocável e fertilidade natural baixa, exigindo, muitas vezes, a aplicação de corretivos e fertilizantes para uma eficiente utilização agrícola.

Os solos classificados como *Terra Bruna Estruturada* são profundos (1 a 2 m), porosos e bem drenados, com estrutura normalmente em blocos sub-angulares e situados, preferencialmente, em relevo suave ondulado a ondulado, ocorrendo, também, em relevo fortemente ondulado, principalmente a terra roxa estruturada. Na sua superfície, podem ocorrer pedras de tamanhos variados.

Solos Litólicos são solos rasos (0,15 a 0,40 m), de fertilidade natural variável. Os fatores que limitam sua utilização agrícola são: o relevo bastante acidentado, a pequena espessura que condiciona uma deficiência hídrica e a presença de pedras na superfície.

1.2.1.5. Flora e Fauna

Do ponto de vista da conservação da biodiversidade, a região se insere na eco-região de Bosques de Araucária do Brasil, consideradas em nível crítico, com alta prioridade para conservação em escala regional, devido à situação fragmentada em que se encontram e as ameaças relacionadas à exploração de espécies nativas e expansão agrícola. O principal tipo de vegetação natural consiste em remanescentes de Floresta Ombrófila Mista ou Florestas com Araucária que, antigamente, cobriam toda a região. Esta ecorregião subdivide-se em Floresta Ombrófila Mista Aluvial nas planícies, Floresta Ombrófila Mista Montana (500 - 1.000 m s.n.m.) e Floresta Ombrófila Mista Altomontana (acima de 1.000 m s.n.m.).

Nos sub-bosques, predomina a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), historicamente, a planta responsável por uma das maiores riquezas econômicas dos municípios da Região. A retirada de madeira, no passado, e o concomitante avanço da agropecuária provocaram uma degradação acentuada das áreas de mata nativa e um empobrecimento da biodiversidade regional. Ainda assim, devido às precárias condições sócio-econômicas e ao emprego de baixa tecnologia no campo, podem ser encontradas áreas de mata nativa com certa integridade ecológica, se bem que um pouco alteradas, principalmente associadas aos relevos acentuados e às planícies inundáveis. Nas fazendas onde há remanescentes nativos mais desenvolvidos, são encontradas espécies raras, ameaçadas e vulneráveis da flora local (Tabela 1).

Tabela 1. Espécies raras e ameaçadas da flora da Região de Timbó Grande, SC.

Nome Vulgar	Nome Científico
Imbuia	<i>Ocotea porosa</i>
Bromélia	<i>Aechmea blumenavii</i>
Xaxim	<i>Dicksonia sellowiana</i>
Canela-sassafrás	<i>Ocotea pretiosa</i>
Marmelinho	<i>Brosimum glazioui</i>
Pinheiro-do-paraná	<i>Araucaria angustifolia</i>

A fauna característica da região é aquela associada às formações da Floresta Ombrófila Mista, onde o grupo dominante em número de espécies é o das aves. Espécies raras, ameaçadas e vulneráveis

da fauna da Região (Tabela 2) estão presentes em algumas fazendas onde há remanescentes da floresta nativa mais desenvolvidos.

Tabela 2. Espécies raras e ameaçadas da fauna da Região de Timbó Grande, SC.

Nome Vulgar	Nome Científico
Papagaio-de-peito-roxo	<i>Amazona vinacea</i>
Puma	<i>Puma concolor</i>
Jaguatirica	<i>Leopardus pardalis</i>
Lontra	<i>Lontra longicaudis</i>
Paca	<i>Agouti paca</i>

1.2.2 Contexto sócioeconômico e breve histórico da região

Como já citado anteriormente, as áreas da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. estão distribuídas por 5 municípios de Santa Catarina. A região teve povoamentos muito antigos, como dos indígenas *kaingang*s (Coroados) e *xokleng*s (Botocudos). Apesar de haver alguma miscigenação entre povos europeus, a parcela mais significativa da população compõe-se de brasileiros e caboclos e, secundariamente, imigrantes europeus, notadamente italianos, alemães e poloneses. Além disso, a região foi palco de um dos movimentos messiânicos mais importantes do país: a *Guerra do Contestado*, que terminou em meados da década de 1910. Esse fato histórico ainda se encontra vivo no imaginário da população, a ponto de existir um local de culto, na caverna que teria sido um local de refúgio dos seguidores do monge João Maria, líder do movimento milenarista.

A região onde se situam as áreas da TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A., a serem recertificadas, caracteriza-se por apresentar um dos piores indicadores sócio-econômicos no Estado de Santa Catarina. De maneira geral, com exceção de Canoinhas, que tem, atualmente, população superior a 50.000 habitantes e maior dinamismo econômico, os demais municípios da região têm população entre 6.000 (Timbó Grande e Major Vieira) e 14.000 habitantes (Santa Cecília). O baixo dinamismo econômico manifesta-se em diversos indicadores sociais. Todos os municípios da região apresentam nível de escolaridade formal menor que a média do Estado. Dentre eles, Canoinhas é o que apresenta o melhor nível de instrução escolar, formal. Os demais apresentam mais de 5 % de indivíduos sem escolaridade formal, entre aqueles com mais de dez anos de idade. Em Timbó Grande, 12,25 % da população não tem instrução escolar formal, denotando o pior nível no estado de Santa Catarina. Situação análoga pode ser verificada pela análise da renda média dos indivíduos maiores de 10 anos de idade. Em Santa Catarina, a renda média é de 4,43 salários mínimos (s.m.), ao passo que, em Florianópolis, chega a 5,98 s.m. No entanto, entre os cinco municípios da região de Timbó Grande, o que mais se aproxima da média estadual é Canoinhas, com 3,93 s.m, enquanto que Timbó Grande apresenta a menor renda, com apenas 2,06 s.m., que é menos da metade da média estadual. Esses baixos níveis de renda são decorrentes do fato de serem municípios cuja economia está baseada no setor produtivo rural, com a população concentrada no meio rural. Além disso, com exceção de Canoinhas, que é um pólo regional, onde as atividades industrial, comercial e de prestação de serviços, bem como a presença de instituições públicas são mais significativas, os demais municípios contam, quando muito, com plantações florestais e beneficiamento de madeira como atividade econômica, como é o caso de Timbó Grande. Neste último, existem duas principais empresas madeireiras, a Compensados e Laminados LAVRASUL S.A. - Divisão Serraria e Divisão Laminadora, e as Indústrias BONET S.A., que produz pinus para fabricação de papel e celulose, além de algumas microempresas que trabalham com madeira como:

- SIEMA, produtora de paletes de madeira,

- Indústria FAP,
- Madeireira CS,
- SOMA, beneficiadoras de madeira,
- EMABRIL, beneficiamento de madeira e fabricação de briquetes.

Outros estabelecimentos econômicos urbanos estão voltados ao comércio e serviços.

O município de Timbó Grande, desmembrado em 1989 do município de Santa Cecília, cobre uma área de 569 km². Situado no vale do Rio do Peixe, latitude de 26° 33' 45" S e longitude de 50° 41' 15" W, Timbó Grande limita-se ao norte com os municípios de Irineópolis e Bela Vista do Toldo, ao sul com o município de Lebon Régis, a leste com os municípios de Major Vieira e Santa Cecília e, ao oeste, com os municípios de Calmon e Porto União. Segundo o Censo Demográfico do ano 2000, sua população é de 6.501 habitantes, perfazendo uma média de 4,3 pessoas por domicílio. Os habitantes dividem-se em: 51,5 % homens e 48,5 % de mulheres. Do total da população, 42,7 % (2.775) dos habitantes residem na zona urbana e 57,3 % (3.726) na zona rural. Uma característica da população residente em Timbó Grande é sua juventude: 67 % têm idade menor que 29 anos, 27 % são menores de 10 anos e apenas 6,2 % da população tem mais de 60 anos. Ainda, de acordo com os resultados do Censo, somente 69 % da população é alfabetizada. Informações recolhidas na Prefeitura Municipal de Timbó Grande indicaram que, no ano 2002, existiam, no município: 2 escolas estaduais, 18 escolas municipais e 2 creches municipais.

A estrutura de atendimento à saúde, no município de Timbó Grande, é composta por um hospital e uma rede ambulatorial. Os indicadores de saúde mais atualizados mostram que a mortalidade infantil (DATASUS/1998) varia de 26,44 a 41,73 mortes de crianças de até um ano de idade em cada mil nascidos vivos, por ano. Esses dados, todavia, não dão uma noção sobre a real situação de cada município, uma vez que são informações relativas a Canoinhas e generalizadas para a quase totalidade dos municípios da região. O único município com dados diferenciados é Santa Cecília que apresenta os piores indicadores. Assim, pode-se supor que Timbó Grande, que se localiza próximo a Santa Cecília e, de maneira geral, apresenta os piores indicadores sócio-econômicos da região, apresente números mais próximos aos de Santa Cecília do que de Canoinhas, como constam nos dados oficiais do DATASUS.

Dos 1.508 domicílios existentes em Timbó Grande, 45,8 % são abastecidos com água de rede geral e 52,5 % de poço ou nascente. Em somente 89 % dos domicílios, existe "banheiro ou sanitário". O lixo é coletado pelo serviço público em 43,5 % dos domicílios.

Cabe salientar que as atividades desenvolvidas pela empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A., que apresentam risco potencial de degradar o ambiente, são monitoradas e seus impactos ambientais significativos são controlados através de medidas preventivas e corretivas, podendo, eventualmente, atingir a população local, especialmente as pequenas comunidades que sobrevivem do extrativismo. Porém, até o momento, não tem ocorrido registro desta natureza. Diante de todos esses problemas, conclui-se que os municípios em questão apresentam vários problemas sociais.

1.3 MANEJO FLORESTAL

1.3.1 Uso do solo

Toda a região de atuação da empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. e o seu entorno são reconhecidamente de vocação florestal e extrativista, sendo a utilização para atividades agrícolas de menor impacto econômico. A área rural da empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. estende-se ao longo de cinco municípios no Estado de Santa Catarina, somando-se um total de 13.557,31 ha, distribuídos em 11 fazendas, conforme Tabela 3, todas estão inclusas no escopo da certificação.

Tabela 3. Fazendas florestais da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

FAZENDA	ÁREA (ha)	Município
Araucaria	155.37	Santa Cecília
Bom Sossego	338.55	Irineópolis
Campo Novo	1,366.48	Major Vieira
Machado	677.85	Major Vieira
Malon	325.18	Major Vieira
Passa Dois	2,383.53	Santa Cecília
Ponte Velha	235.32	Canoinhas
Salto do Tamandua	465.90	Timbó Grande
Tamandua	3,733.70	Major Vieira
Vaca Branca I	3,492.05	Timbó Grande
Vaca Branca II	383.39	Timbó Grande
TOTAL	13,557.31	

1.3.2 Áreas fora do escopo da certificação

Todas as áreas adquiridas pela empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. fazem parte do escopo da certificação.

1.3.3 Sistema de controle da origem, seguimento e identificação dos produtos da floresta

Este item refere-se aos procedimentos adotados pela **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.**, evidenciando os cuidados com os produtos obtidos desde o local de colheita da madeira até a entrega ao mercado.

Avaliação de riscos de contaminação de produtos certificados e não certificados

Não existe possibilidade de contaminação da madeira oriunda das áreas certificadas da empresa, pois todas estão inclusas no escopo da certificação.

Descrição do sistema de controle das toras

A empresa adota procedimentos detalhados e controles informatizados para venda de madeira, realizada através de nota fiscal onde é identificada a área de coleta, o número do certificado FSC, o volume da carga, o transportador e as informações sobre o veículo de transporte.

Ponto final da cadeia de custódia

O Sistema de cadeia de custódia das madeiras vendidas pela empresa Timbó Empreendimentos Florestais termina na saída dessa madeira da Unidade de Manejo.

1.4 PLANO DE MANEJO

1.4.1 Objetivos do manejo

O objetivo primordial do manejo florestal desenvolvido pela Timbó Empreendimentos Florestais S.A. é:

“Promover a produção de matéria prima florestal pela implantação e manutenção de plantios de *Pinus*, visando à melhoria contínua através da conservação de recursos naturais e minimização de impactos ambientais e sociais.”

Como compromissos do manejo florestal, a empresa propõe-se a:

- Registrar o compromisso da empresa com a Certificação Florestal (FSC);
- Demonstrar, claramente, a política ambiental, social e florestal da empresa;
- Auxiliar os colaboradores da empresa no seguimento correto dos procedimentos relativos às operações florestais do sistema de manejo florestal adotado pela empresa;
- Servir como guia da certificação florestal, auxiliando partes interessadas a encontrar facilmente procedimentos, manuais e programas integrantes do processo, os quais não estão inclusos neste volume.

A política ambiental da empresa é voltada ao desenvolvimento de ações para promover principalmente a:

- Conservação de remanescentes florestais (essenciais para a preservação da fauna e flora locais), recursos hídricos, áreas nativas e de interesse paisagístico.
- Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- Controle de atividades ilegais (caça, pesca e extração).
- Educação ambiental.
- Gerenciamento de resíduos (coleta seletiva).
- Minimização de impactos ambientais causados pelas atividades de manejo florestal.
- Recuperação de suas áreas degradadas (cascalheiras).

A gestão social da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. está baseada na valorização de seus trabalhadores e da comunidade do entorno de suas áreas de atuação. Para alcançar este objetivo, a empresa dispõe de:

- Plano de Gestão de Impactos Sociais (buscando criar um mecanismo formal de diálogo entre os trabalhadores, a comunidade e a empresa).
- Serviços de saúde e segurança do trabalho.
- Capacitação profissional contínua.
- Apoio à educação.
- Programa de melhoria da infraestrutura de casas e alojamentos.

1.4.2 Composição da Unidade de Manejo

A madeira utilizada provém exclusivamente de florestas plantadas próprias. A área considerada no escopo da certificação é composta por 11 imóveis matriculados nos cartórios das cidades de Santa Cecília, Canoinhas e Porto União, conforme apresentado na Tabela 4. Todas as áreas citadas são

legalizadas e em processo de georreferenciamento para cumprimento legal (Lei 10.267/01) junto ao INCRA.

A empresa está regularizando as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente - a maioria das fazendas possui, individualmente, 20 % ou mais de áreas nativas potenciais para Reserva Legal. Algumas fazendas da empresa já tiveram suas áreas de Reserva Legal averbadas em cartório. A maioria está em processo de averbação e naquelas em que não há 20 % de área passível a se enquadrar como Reserva Legal, estão sendo estudadas alternativas para a regularização. As áreas de preservação que não estavam adequadas (faixa de 30 m ou 50 m) já estão recuperadas, conforme descrito no Plano de Gestão Ambiental.

Tabela 4- Áreas consideradas no escopo da certificação FSC da Timbó Empreendimentos Florestais S.A..

IMÓVEL	CARTÓRIO	MUNICÍPIO	MATRÍCULA	ÁREA TOTAL (ha)	RESERVA LEGAL (ha)	APP (ha)
Bom Sossego	Santa Cecília/ Porto união	Irineópolis	1264/ 1666/ 1667/ 908/ 3045/ 25175	338,55	34,54 + 33,16 cedidas pela Faz. Vaca Branca	11,82
Malon	Canoinhas	Major Vieira	3389/ 5754	325,18	65,04	25,6
Machado	Canoinhas	Major Vieira	843	677,85	0	33
Tamanduá	Canoinhas	Major Vieira	8548/ 9064/ 32052	3.733,70		910,5
Araucária	Santa Cecilia	Santa Cecília	2267	155,37	31,07	40,23
Passa Dois	Santa Cecília	Santa Cecília	2266/ 2268/ 2269	2.383,53	476,71	105,6
Vaca Branca I	Santa Cecília	Timbó Grande	2262/ 2263/ 2264/ 2694/ 3455	3.492,05	698,41 + 33,16 cedidas pela Faz. Bom Sossego	229,92
Vaca Branca II	Santa Cecília	Timbó Grande	2848/ 3159/ 3160/ 3000	383,39	76,68	Incorporada acima
Salto do Tamanduá I e II	Santa Cecília/ Porto União	Timbó Grande	1236/ 2854/ 18670/ 2166	465,89	92,77	51,9
Ponte Velha	Canoinhas	Canoinhas	8478/ 9884	235,32	47,15	16,09
Campo Novo	Canoinhas / Santa Cecilia		3534 / 6703	1.366,48		

Fonte: Base Cartográfica - Outubro 2008.

1.4.3 Sistema silvicultural

O manejo florestal sustentável trata do estudo, do desenvolvimento e da aplicação de técnicas modernas de condução de plantios florestais, visando à qualidade e à produtividade de madeira, em equilíbrio com o desenvolvimento econômico e a manutenção dos recursos naturais. Nesse sentido, a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. tem identificado os fatores que afetam a produção, principalmente os relacionados com a disponibilidade de água, luz e nutrientes no crescimento e produção florestal. Para aumentar e manter a produtividade em sucessivas rotações, faz-se necessário um conhecimento cada vez maior destes fatores e dos impactos causados ao meio ambiente, que são controlados, conforme fluxograma na Fig. 2:

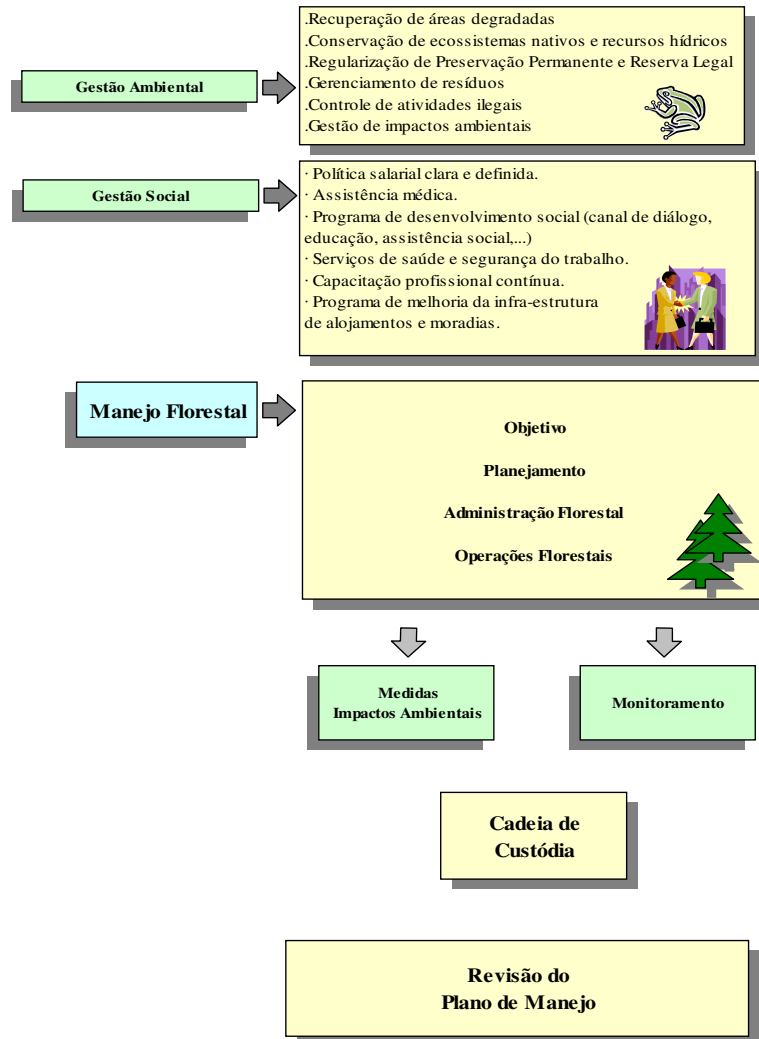


Fig. 2 Esquema geral do manejo florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A

A aplicação de técnicas silviculturais, aliada ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, tem proporcionado melhorias significativas nas atividades florestais (operacionais e produtividade). Essas melhorias são observadas através dos resultados obtidos nos monitoramentos realizados pela empresa.

O desenvolvimento da floresta é acompanhado a partir do segundo ano de plantio até a colheita da madeira, através de inventário contínuo (anual). Esse processo fornece valores de Incremento Médio Anual (IMA), que auxilia no controle e projeção de estoque de madeira, além de indicar a produtividade e as intervenções necessárias.

A Timbó Empreendimentos adota procedimentos operacionais (Fig. 3) bem definidos para todas as atividades de silvicultura, sempre visando à redução de custos e ao respeito aos aspectos sociais e ambientais como base para o desenvolvimento florestal da empresa.

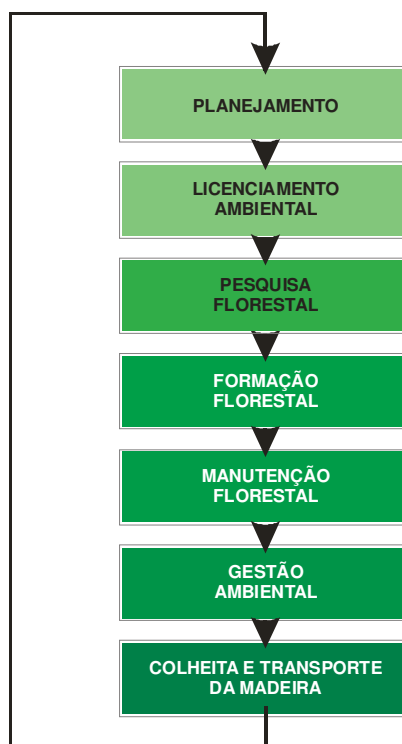


Fig 3. Fluxograma operacional do manejo florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A..

1.4.4 Sistema de manejo

SILVICULTURA

Produção de Mudas – As muda utilizadas nas operações florestais da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. são obtidas do viveiro da empresa ClonTech, localizada em União da Vitória, PR. Através de convênio com a ClonTech, esta fornece clones importados da África do Sul e dos Estados Unidos que são testados para as condições ambientais da região e multiplicados para uso comercial da empresa.

Preparo de solo - O solo é preparado com tratores de pneu que, com um subsolador, rompe possíveis camadas de adensamento e impedimentos, a uma profundidade de 60 cm, nas linhas de plantio. Até o momento, não tem sido feita calagem ou aplicação de adubos nos plantios de pinus da empresa.

Plantio - O plantio da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. é feito manualmente, tendo em vista que, na maioria dos casos, a topografia não permite a mecanização desta operação.

Monitoramento e combate a pragas:

- a) **Formigas cortadeiras** – O monitoramento do ataque de formigas constitui uma parte dos serviços contratados de uma empresa de vigilância, a FT Segurança Patrimonial e Serviços que presta, também, outros serviços como vigilância constante contra invasões, vandalismos, caça e pesca, incêndios e ocorrência de outras pragas como a vespa-da-madeira. A necessidade de realizar o combate às formigas cortadeiras na implantação e na manutenção de florestas visa à redução dos danos aos plantios em sua fase inicial e adulta. As operações são realizadas com produto formicida “Mirex-S” (Sulfuramida), com maior intensidade nas áreas recém-preparadas para o plantio e nos plantios recentes. Nos povoamentos já estabelecidos, o combate se faz dependendo da gravidade e à medida que forem informados pela equipe de vigilância.
- b) **Vespa-da-madeira** – A TIMBÓ EMPREENDEIMENTOS é associada ao FUNCEMA (Fundo Nacional de Controle a Vespa-da-Madeira) que, através do Programa Nacional de Controle a Vespa-da-Madeira – PNCVM, faz a avaliação de danos, treinamento e distribuição dos nematóides específicos que são os agentes de controle biológico.

Capina de manutenção - O controle de plantas invasoras é feito com uso de herbicidas e, também, mecanicamente, usando-se, na fase inicial, coroamento das mudas, combinado com roçada nas entrelinhas. Em plantios já estabelecidos, faz-se somente a roçada nas entrelinhas, na medida da necessidade, até a idade em que ocorre o fechamento das copas.

Prevenção e combate aos incêndios florestais – Para a prevenção contra incêndios florestais, a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. dispõe de torres de observação que compõem uma rede regional integrada com outras empresas florestais atuantes na região. Especialmente no período mais crítico do ano, o monitoramento é constante e, em caso de ocorrência de incêndios florestais, equipes treinadas são destacadas para o seu combate. Os elementos principais das equipes são os vigias (sete ao todo). Estes vivem nas fazendas e formam suas equipes locais. Eles são equipados com alguns itens de combate e estão assim distribuídos:

- Um vigia na Fazenda Araucária para atendimento à mesma, equipado com cinco batedores e dois rastelos;

- Um vigia na Fazenda Machado para atendimento a esta e à Fazenda Mallon devido à proximidade entre elas. O equipamento consta de dezoito batedores, dois rastelos e um rádio portátil para comunicação entre o mesmo e a central;

- Um vigia na Fazenda Tamanduá, atendendo a esta e à Fazenda Campo Novo devido a proximidade entre estas e equipado com dezoito batedores, uma enxada, um rastelo, bombas costais e um rádio portátil para comunicação entre o mesmo e a central;

- Dois vigias na Fazenda Vaca Branca para atender a esta e as Fazendas Salto do Tamanduá, Ponte Velha do Tamanduá, Bom Sossego e Castanho. O equipamento consta de trinta batedores, um rastelo e dois rádios portáteis para comunicação entre os mesmos e a central;

- Dois vigias na Fazenda Passa Dois para atender à mesma, estando equipado com doze batedores, um pulverizador, uma bomba costal e um rádio portátil para comunicação entre os mesmos e a central.

Além dos equipamentos mencionados, encontram-se, na Central, doze batedores, três enxadas, uma cortadeira, um machado, uma foice e um pinga-fogo.

Nos períodos mais secos, principalmente nos meses de julho a setembro, o vigia percorre, todas as manhãs, as fazendas sob seus cuidados e informa a Central, via rádio, sobre a situação de iminência ou ocorrência de incêndios. A gerência florestal é informada sobre os locais onde existem trabalhos em andamento e sobre o número de pessoas destacadas para cada local. Em caso de emergência, esse pessoal é acionado para dar combate aos incêndios. Nos finais de semana, as equipes de combate ficam de plantão, em comunicação, via rádio, com a Central durante 24 h ao dia.

Em caso de fogo, o primeiro combate é feito pelo vigia e pelas pessoas que se encontram na fazenda. Caso o incêndio seja de grande proporção, o vigia informa a Central sobre a situação para que outras equipes das fazendas próximas se desloquem para reforço. Caso seja necessário, desloca-se, também, um trator de esteira e até o reforço com o pessoal da serraria. Nos locais de maior incidência, são colocados tambores com água, em pontos estratégicos, para o abastecimento das bombas costais. Nos casos em que o fogo se alastra fora de controle, são feitos aceiros, usando-se machado, motosserra e o trator de esteira, além do contrafogo. Uma vez controlado o fogo, faz-se o rescaldo com bombas costais e são destacados vários vigias em pontos estratégicos.

No pátio da empresa, encontra-se uma placa indicando o índice de risco de incêndio, sendo este repassado aos vigias das fazendas. Para determinar o índice a ser informado na placa, utiliza-se a FMA (Fórmula de Monte Alegre):

$$I_{\text{atual}} = I_{\text{acum}} \cdot F + 100/UR$$

onde:

I_{atual} = índice calculado para o dia desejado;

I_{acum} = somatório dos índices dos dias anteriores;

F = fator de correção do índice (Tabela 5);

Ur = umidade relativa do ar (%).

Tabela 5. Valores do fator de correção F, em função da precipitação diária, para a determinação do índice de risco de incêndio.

Precipitação diária (mm)	F
Menor ou igual a 2,4	1,00
2,5 a 4,9	0,70
5,0 a 9,9	0,40
10,0 a 12,9	0,20
Maior que 12,9	0,00

A interpretação do grau de perigo estimado pela FMA é feita através da escala apresentada na Tabela 6. Este índice é cumulativo, tendo como variável a umidade relativa às 13h:00min e utiliza a precipitação para restringir o seu acúmulo diário.

Tabela 6. Escala de perigo pela Fórmula de Monte Alegre

I_{atual}	Grau de Perigo
Menor ou igual a 1,0	Nulo
1,1 a 3,0	Pequeno
3,1 a 8,0	Médio
8,1 a 20,0	Alto
Maior que 20,0	Muito Alto

Levantamento do risco de incêndio das fazendas da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

- FAZENDA ARAUCÁRIA: faz divisa com as das empresas Klabin S.A. e L Shamaedek Ltda. Assim, os riscos são menores, visto que estas empresas, também dispõem de sistemas eficientes de monitoramento e controle de incêndios florestais.

- FAZENDA BOM SOSSEGO: confronta-se com as fazendas da Rigesa (Rigesa Celulose e Papel e Embalagens S.A.) e também com os agricultores Abegair Castanho Pereira, Altair Carneiro, Nilson Castanho, Jordão Pereira e Rosinha Cunha Pereira. O risco de incêndio aumenta um pouco em relação à Fazenda Araucária devido à presença de agricultores como confrontantes. No entanto, a proximidade das fazendas da Rigesa contribui para um maior controle.
- FAZENDA CAMPO NOVO: faz divisa com as fazendas das empresas Klabin S.A., Seiva, Big Safra Participações, a fazenda Tamanduá (da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.), os agricultores Sebastião Grein Costa, Airton Wilicznski e o Assentamento São Roque. Esta fazenda apresenta a maior probabilidade de ocorrência de incêndios por estar na divisa com o assentamento.
- FAZENDA MACHADO: tem como confrontantes as fazendas da Rigesa e o agricultor Victor de Deus Bueno.
- FAZENDA MALLON: faz divisa com as fazendas das empresas Rigesa e a Florestal Pirâmide Ltda. Delimita-se, também, com as propriedades dos agricultores João Rafael Silva Oliveira, Durvalina Costa Bueno e Arilda Aparecida da Rocha Bueno.
- FAZENDA PASSA DOIS: tem como confrontantes as fazendas das empresas L Shamadeck Ltda, Agro Pastoril Gaboardi Ltda, Indústrias Zipperer S.A., Laminas e Compensados Sul Ltda., além dos agricultores João Augusto Stefanos, Ademir Menegussi, Nicanor Gomes de Campos, Norberto Dalla Costa, Sebastião Ferreira e Erocy Luvisa. O maior risco de incêndio ocorre na estrada municipal de acesso que percorre o interior da fazenda, desde o talhão nº 181 até o talhão nº 116.
- FAZENDA PONTE VELHA TAMANDUÁ: confronta-se com os agricultores Luiz Albinaus, Edson Luiz Hacker, Lademiro Nogatz, Enoemia Padilha Pereira, José Adilson e Antonio Sergio Neppel, além das fazendas da empresa Evasa – Agro Pecuária Mafra S.A.. O maior risco de incêndio está na divisa com o agricultor Bernardo Maeski.
- FAZENDA SALTO TAMANDUÁ: tem como confrontantes os agricultores Carlos Emílio Shimidt, Adilson Castanho e Sebastião Froguel. O maior risco de incêndio situa-se ao longo da estrada municipal que atravessa a fazenda.
- FAZENDA TAMANDUÁ: confronta-se com as fazendas das empresas Rigesa, Seiva (Seiva S.A. Florestas e Indústrias), a fazenda Campo Novo (da Timbó Empreendimentos), e os agricultores Melmiro Correa Nunes, Max Furtado de Souza, João Radael Silva de Oliveira e Francisco Grein.
- FAZENDA VACA BRANCA: tem como confrontantes as fazendas da Faquibrás Agro Industrial Ltda e os agricultores Antônio Alves dos Santos, Pedro Alves dos Santos, Sebastião Alves dos Santos, Miguel Alves dos Santos, Paulo Tibes Antunes, Sebastião Maria, Carlos Emílio, Walter Schimidt, Virginia Tibes Pinto, Altair Pellizzaro, Diamantina Tibes Nizer, Jociel Tibes Grein e Rosalina Tibes dos Santos. Nesta fazenda, já ocorreram dois incêndios, sendo um no dia 6 de outubro de 2004, afetando uma área de aproximadamente 5 ha com *Pinus*. O mais grave ocorreu nos dias 20 e 21 de agosto de 2004 e registrado no Boletim de Ocorrência sob nº 137/04 da 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil. O incêndio atingiu uma área de aproximadamente 20 ha com *Pinus*. A probabilidade de ocorrência de incêndio é maior nas divisas com a fazenda da Wiegando Olsen S.A. e o agricultore Carlos Emílio Shimito.

Colheita de madeira

A colheita florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. é semi-mecanizada e tem como objetivo suprir madeira de *Pinus* para abastecer as unidades industriais de processamento primário

(serraria e laminadora), localizadas no município de Timbó Grande. Estas, por sua vez, fornecem a matéria-prima utilizada pela empresa Compensados e Laminados Lavrasul S.A., localizada em Canoinhas, que elabora os seguintes produtos: compensados, laminados, blank, painéis e outros.

Limpeza pré-corte (roçada): Nas áreas onde será feita a colheita, é feita uma roçada. Esta operação é realizada manualmente utilizando-se foice.

Corte: Tanto nos desbastes seletivos quanto no corte raso, as operações são semi-mecanizadas, efetuando-se a derrubada e o desgalhamento com motosserra e a remoção das toras por meio de arraste mecânico.

Planejamento ambiental

Seguindo as diretrizes do gerenciamento ambiental da Timbó Empreendimentos Florestais, o planejamento da gestão ambiental visa orientar e fornecer subsídios técnicos à área operacional da Unidade de Manejo Florestal, com a finalidade de atender a legislação ambiental e os conceitos ambientais aplicados às diferentes atividades da empresa.

a) Definição das áreas destinadas à conservação

São identificadas e quantificadas todas as áreas destinadas à preservação ambiental. As áreas de preservação permanente são identificadas em mapa e demarcadas em campo, com a finalidade de evitar qualquer tipo de impacto.

b) Proteção de fragmentos de mata nativa

Todos os fragmentos, independentemente do tamanho, devem ser contemplados no mapa de planejamento, com o objetivo de localizar e assegurar a mitigação dos efeitos de bordas.

c) Forma de recuperação das áreas de conservação

São recomendadas formas de recuperação das áreas de conservação, incluindo plantio de espécies nativas, regeneração natural e outras.

1.4.5 Sistema de monitoramento

A empresa Timbó Empreendimentos Florestais realiza os seguintes monitoramentos:

- Uso racional de pesticidas.
- Pragas e doenças.
 - ❖ Formigas cortadeiras - *Acromyrmex* spp.
 - ❖ Vespa-da-madeira - *Sirex noctilio*. A vespa-da-madeira está sendo controlada com o auxílio da EMBRAPA, através do convênio com o FUNCEMA
 - ❖ Espécies de plantas invasoras – controle da taquara
- Acidentes de trabalho, com e sem afastamento, de empresas prestadoras de serviço.
- Recolocação de mão-de-obra.
- Cumprimento da legislação trabalhista e tributária pelas eventuais empresas prestadoras de serviço contratadas.
- Flora (parcelas permanentes)
- Fauna ameaçada
- Educação ambiental

- Recuperação de áreas degradadas
- Incêndios florestais por unidade de manejo, por foco de incêndio e a área afetada
- Produtividade das florestas em volumes medidos e prognósticos de produção, por ano e por unidade de manejo
- Análise de potabilidade da água
- Gerenciamento de resíduos
- Rendimentos operacionais
- Qualidade do plantio de mudas (mecanizado, semi-mecanizado e manual)
- Rendimentos em produtos
- Impactos sociais
- Manutenção de fazendas

a) Projetos de inventários e monitoramento da fauna e da flora

Este projeto tem como objetivo inventariar a diversidade biológica nas áreas da empresa. Estes inventários visam aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade regional, além de fornecer subsídios para a elaboração de planos de manejo para as áreas destinadas à conservação. São acompanhadas parcelas permanentes para o controle da taquara por uma equipe da UNICENTRO.

Os levantamentos faunísticos, planejados pela UNICENTRO, para as áreas da Timbó Empreendimentos Florestais, abrangem as comunidades de mamíferos e aves nos vários tipos de ecossistemas existentes. Há um relatório inicial do *Plano de Proteção à Fauna e Flora*.

b) Análise de potabilidade

Nas águas para consumo humano, são realizadas, periodicamente, análises de potabilidade com o objetivo de acompanhar a qualidade do seu tratamento, em conformidade com a legislação vigente.

c) Controle e monitoramento de espécies invasoras exóticas e nativas

Invasões biológicas ocorrem quando uma espécie animal ou vegetal, introduzida em determinado ambiente, se adapta e se estabelece, passando a se propagar e a dominar as espécies nativas, expulsando-as e gerando conseqüente perda de biodiversidade e alterações nos ciclos ecológicos naturais. Nem todas as espécies exóticas introduzidas se tornam invasoras, como também, nem todas as espécies invasoras são exóticas. A problemática não está ligada ao número de espécies invasoras presentes numa área, mas, sim ao seu nível de agressividade e dominação das espécies nativas.

Tendo conhecimento dos impactos negativos que uma espécie invasora causa ao meio ambiente, a Timbó Empreendimentos assumiu o compromisso de sua prevenção, controle e erradicação, priorizando as Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanente. As espécies invasoras, objeto de controle, são do gênero *Pinus* (exótica) e a taquara (nativa).

d) Gerenciamento de resíduos

O monitoramento de resíduos estabelece critérios para o gerenciamento dos resíduos gerados nas áreas operacionais e administrativas da empresa. Os aspectos enfocados são o registro, o manuseio, o armazenamento temporário e a disposição adequada desses resíduos.

e) Plano de controle de áreas com início de processo erosivo

O Programa de Controle de Erosões tem como objetivo implementar medidas de controle dos processos erosivos em pontos escolhidos dentro da área da empresa. Os projetos de recuperação são elaborados no 1º semestre, para execução no 2º semestre de cada ano. Estes pontos podem sofrer alteração, caso haja necessidade de dar prioridade a outros processos erosivos que não estejam previstos. O Plano tem por finalidade orientar as ações anuais de contenção dos processos erosivos em andamento, de forma a evitar o assoreamento dos cursos d'água.

1.4.6 Estimativa da sustentabilidade da produtividade florestal.

O planejamento da produção é baseado na prognose feita a partir de dados obtidos dos inventários florestais e do boletim de controle da entrada de toras. Esse planejamento é elaborado e controlado pelo gerente florestal da empresa. Antes da colheita, é realizado um inventário pré-corte para estimar os volumes previstos da colheita.

O atual sistema ainda é bastante empírico. Por outro lado, observando-se os plantios da empresa, verifica-se que, até a presente data, dava-se preferência à compra de toras de terceiros, em detrimento da exploração de sua própria floresta. Essa constatação pode ser comprovada pela idade avançada de seus plantios e pelo atraso nos desbastes.

1.4.7 Estimativa da produção planejada e atual

As florestas plantadas de pínus são utilizadas, basicamente, para abastecer de toras a serraria e a laminadora da LAVRASUL, localizadas em Timbó Grande (SC). A previsão de produção para os próximos cinco anos é apresentada nas Tabelas 7 e 8:

Tabela 7. Previsão do volume (st) de madeira a ser colhida na UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A., no período de 2004 a 2009, por fase de manejo.

Fases do Manejo	Ano					
	2004*	2005*	2006*	2007*	2008*	2009**
Corte raso	310.000	228.900	396.700	284.700	339.100	247.176
Segundo desbaste		48.900	27.000	15.000	47.300	0
Primeiro desbaste	47.400	57.200	46.800	13.600	6.300	344.614
TOTAL	357.400	335.000	470.500	313.300	392.700	591.790

* referente a histórico.

** a partir de 2009 é a previsão da Timbó Empreendimentos Florestais Ltda.

Tabela 8. Previsão do volume (st) de madeira a ser colhida nas UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A., no período de 2004 a 2009, por classe de diâmetro.

Classes de diâmetro (cm)	Ano					
	2004*	2005*	2006*	2007*	2008*	2009*
8 a 14	21.100	25.000	25.700	13.000	15.500	18.300
15 a 17	36.800	43.000	44.200	22.200	25.400	29.100
18 a 24	98.000	101.000	133.300	87.800	114.800	100.100
> 25	201.500	166.000	267.300	190.300	237.000	132.000
TOTAL	357.400	335.000	470.500	313.300	392.700	279.500

* referente a histórico.

Quando o manejo florestal foi assumido pela Timbó Empreendimentos Florestais S.A., a companhia decidiu mudar as classes diamétricas, visando melhor otimização da árvore, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9. Estimativa de volume (st) a ser colhido na UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. em 2009, por classe de diâmetro.

Classes de diâmetro (cm)	Ano
	2009**
8 a 10	16.245
11 a 18	172.658
19 a 25	178.443
26 a 35	119.108
> 36	105.336
TOTAL	591.790

* previsão da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

1.4.8 Uso de pesticidas

Os pesticidas utilizados pela **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.** na implantação de suas florestas são, basicamente, formicidas e herbicidas (Tabela 10). Nenhum deles é caracterizado como das classes Ia e Ib da OMS (Organização Mundial de Saúde), nem são à base de hidrocarbonetos clorados. Esses não são classificados como de alta persistência, nem geram derivados que permaneçam biologicamente ativos e que sejam cumulativos na cadeia alimentar. Assim, esses produtos não são banidos por acordos internacionais. A aplicação é realizada de modo controlado. Os trabalhadores envolvidos na aplicação desses produtos são treinados para a atividade e utilizam todos os equipamentos de segurança correspondentes. A aplicação é realizada de forma a minimizar o risco de danos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente.

Tabela 10. Pesticidas usados no controle fitossanitário nas florestas da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

Classe	Produto	Licença	Praga alvo	Princípio ativo	DL50 Oral (mg/kg)	DL50 Dermal (mg/kg)
Inseticida	Mirex S	sim	formigas cortadeiras	Sulfuramida	>2.000 (ratos)	>2000 (ratos)
Herbicida	Glifosato Nortox N.A. (líquido)	sim	plantas concorrentes	Glifosato	>2.000 (ratos)	>4.000 (ratos)

O Mirex S tem como princípio ativo a Sulfuramida, atualmente banida pelo FSC. Entretanto, ele ainda continua sendo utilizado pela empresa sob processo de derrogação.

2 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação do manejo florestal da **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.**, foi utilizado o Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil,

versão 01, de fevereiro de 2007. Este padrão é, na maior parte, baseado no Padrão FSC para Plantações Florestais no Brasil (versão 9.0), o qual foi aprovado pelo FSC Brasil, mas que ainda deverá ser aprovado pelo FSC Internacional. O padrão pode ser encontrado no *site* da SCS:

http://www.scsertified.com/forestry/forest_programmat_fm.html.

3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 Datas de Avaliação

- Reunião pública: realizada no dia 13/10/2008, às 19h:00min., na paróquia de Timbó Grande.
- Auditoria de campo: 13 a 16 de outubro de 2008

3.2 Equipe de Avaliação

Dra. Vanilda R. S. Shimoyama, Engenheira florestal formada pela USP, M. Sc. ESALQ/USP e doutora pela UFPR na área de Tecnologia de Madeira. Com mais de vinte anos de experiência profissional, tem atuado como pesquisadora, consultora e prestadora de serviços para o setor privado no Brasil. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Tem atuado na área de colheita florestal há mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programa de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando à melhoria da qualidade do produto final e à redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. Participou, pela SCS, do processo de pré-avaliação, certificação / re-certificação de 12 unidades de manejo florestal, envolvendo plantações florestais e florestas naturais, tendo realizado 37 auditorias. Participou de vários processos de certificação de cadeia de custódia, realizando mais de 90 auditorias (região norte, sul, sudeste e centro oeste do Brasil).

Dr. Jarbas Yukio Shimizu, Engenheiro florestal, formado pela Universidade Federal de Viçosa, M. Sc. em Ciências Florestais pela Universidade da Flórida (EUA), Ph.D. em Genética Florestal pela Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA) e pós-doutorado em Genética de Populações pela Universidade Estadual de Oregon (EUA). Outros treinamentos incluem aperfeiçoamento em conservação de germoplasma florestal e micropropagação de espécies florestais no Japão, conservação e uso de recursos fitogenéticos na Espanha e curso intensivo de Auditor Líder em Sistema de Gestão Ambiental no Brasil. Sua experiência profissional de mais de 30 anos inclui atividades como contraparte brasileiro no Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal no convênio IBDF/PNUD-FAO e, posteriormente, como pesquisador da Embrapa Florestas, atuando nas áreas de silvicultura, melhoramento genético florestal e conservação de germoplasma florestal, onde liderou diversos projetos de conservação e melhoramento genético, tendo assumido o posto de Chefe Adjunto Técnico do Centro Nacional de Pesquisa de Florestas. Tem atuado, também, como consultor em melhoramento florestal e silvicultura de espécies de rápido crescimento para instituições oficiais de pesquisa florestal e empresas florestais no Brasil e em outros países como Uruguai, Chile, México e

Moçambique. Tem ministrado cursos intensivos de melhoramento florestal na Universidade Nacional da Colômbia e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Campus de Irati), PR, além de atuar como orientador, co-orientador e componente de bancas de exame de tese de diversos estudantes de mestrado e doutorado em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná.

Dra. Rosemeri Segecin Moro, Mestre em Ciências Biológicas pela UFPR e Doutora em Biologia Vegetal pela UNESP de Rio Claro. É Professora Associada desde 1987 do Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde leciona para o Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, e desde 2005, do Curso de Mestrado em Gestão do Território (UEPG) – área de concentração “Análise sócio-ambiental”, com a disciplina de “Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental”. É também docente do curso de especialização em Gestão Ambiental desde 1998. Já orientou dezenas de jovens pesquisadores na graduação e pós-graduação. Desenvolve projetos na área ambiental financiados pela Fundação Araucária e mantém, através da FAUEPG, convênios para pesquisa em Conservação da Natureza com ICMBio, COPEL, e outros. Integrou equipes de diversos estudos para elaboração de Planos de Manejos de Unidades de Conservação e de Planos Diretores municipais. Integrante há quase 20 anos do Núcleo de Estudos em Meio Ambiente – NUCLEAM, participa do Conselho Gestor do Parque Estadual de Vila Velha e do Comitê Estadual de Assessoria do Programa do Estado de Matas Ciliares, no Paraná.

Dr. Aníbal Rodrigues, Graduado em Engenharia Agrônoma na Universidade Federal de Viçosa (1976), mestrado em Sociologia Rural na Universidade Federal de Viçosa (1976) e Ph.D em Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná (2001) e Centre National de la Recherche Scientifique. Possui experiência in Agronomia e trabalhou com os seguintes assuntos: desenvolvimento rural, estratégias para o desenvolvimento, diagnóstico sócio-ambiental, desenvolvimento sustentável e enfoque sistêmico em p&d. Coordenou os trabalhos de campo do Programa da Pesquisa Sócio-econômica em Áreas Rurais de Guaraqueçaba. Desenvolveu Trabalho Técnico Científico sobre a agricultura familiar no Estado do Paraná. Convênio: Grupo EDEN/Univ. Paris VII e IAPAR, 19 janeiro a 08 de fevereiro de 1987, Lisboa e Paris.

3.3 Processo de Avaliação

A **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.** foi extremamente aberta, positiva, empenhada e muito solícita, tanto no tratamento da equipe de avaliação quanto no cumprimento dos roteiros e exigências de visitas de campo dos auditores, notadamente no fornecimento de informações necessárias à avaliação, como relatórios, informações de custos, dados sociais e trabalhistas, de pesquisa e desenvolvimento, estatísticas de produção e documentos. Os funcionários e o pessoal técnico envolvido em todas as etapas da avaliação foram, igualmente, muito solícitos e a sua abertura constitui-se num elemento chave para o sucesso da avaliação dentro do curto período estabelecido.

A avaliação do processo de recertificação das florestas plantadas iniciou-se no dia 13/10/2008, com a reunião de abertura, elaboração do roteiro de visitas, verificação de alguns documentos no escritório e vistoria nas operações de manejo em curso no campo. Ao final desse dia, foi realizada uma Consulta Pública, às 19h:00min., na paróquia da cidade.

Nos trabalhos de campo, todos os auditores verificaram os procedimentos operacionais de colheita florestal, planejamento, derrubada, transporte e segurança do trabalho, bem como a avaliação de aspectos ambientais e sociais, conforme o itinerário definido inicialmente.

No último dia de avaliação, os auditores se reuniram para analisar as informações levantadas durante os trabalhos de campo, confrontando-as com os Princípios, Critérios e Indicadores dos Padrões Interinos de Certificação de Plantações da SCS. Ao final, foram elaboradas as pré-condicionantes, as ações corretivas (CAR) com prazos determinados para cumprimento e recomendações, as quais foram apresentadas à direção e à equipe técnica da empresa na reunião de encerramento.

3.3.1 Itinerário

Na Tabela 11 é apresentado o itinerário que a equipe de auditoria seguiu para a avaliação do manejo desenvolvido pela **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.**

Tabela 11 . Agenda e itinerário da equipe de auditoria do manejo florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A..

Data	Ação	Fazenda/ local	Auditor
	Reunião de abertura da auditoria; Análise da documentação (programas, mapas, projetos, controles etc.)	Escritório	Todos
	Visita à FATMA (órgão ambiental) para verificação de pendências, licenciamentos, etc.	Caçador	Rosemeri
13/10/2008	Vistoria na Fazenda Vaca Branca para avaliação das operações de colheita, Entrevista com funcionários das EPS, verificação das condições do depósito de pesticidas, condições das áreas de conservação e das estradas de acesso aos talhões.	Timbó Grande	Jarbas
	Visita às lideranças públicas / comunitárias. Visita á comunidade vizinha e á família que atualmente demanda uma área na faz. Vaca Branca	Timbó Grande Vizinhança limítrofe Vaca Branca	Vanilda, Aníbal
	Consulta Pública	Timbó Grande	Todos
	Avaliação de colheita e ambiental	Tamanduá, Vaca Branca, Passa Dois e Bom Sossego	Rosemeri
14/10/08	Visita às atividades de colheita de madeira (derrubada manual), arraste, traçamento, realizadas por empresas prestadoras de serviços. Foram entrevistados funcionários, bem como os proprietários de algumas empresas e avaliadas as questões de segurança, saúde e medicina do trabalho.	Mallon	Vanilda, Aníbal
	Avaliação de documentação no escritório da Terramaster (empresa coordenadora das atividades operacionais); reunião para reprogramação do roteiro de visitas;	Escritório da Terramaster	Vanilda
14/10/08	Reunião com representantes das empresas Novo Horizonte e Timbó Empreendimentos Florestais para esclarecimentos sobre o manejo florestal.	Escritório Novo Horizonte	Vanilda, Jarbas
	Vistoria nas Fazendas Mallon e Machado para checagem das operações de colheita, entrevistar funcionários das EPS, verificar as condições das áreas de conservação e	Mallon Machado	Jarbas, Anibal

	das estradas de acesso aos talhões.		
	Verificação de documentos no escritório da Terramaster	Timbó Grande	Jarbas, Anibal
	Avaliação de plantios novos e áreas úmidas	Malon e Machado	Rosemeri
	Avaliação do planejamento e inventário florestal	Escritório Terramaster	Vanilda
	Análise da documentação (programas, mapas, projetos, etc.)	Escritório Terramaster	Vanilda Jarbas
	Visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbó Grande	Timbó Grande	Anibal
15/10/08	Entrevistas aos funcionários de escritório, setores de medicina e segurança do trabalho, planejamento, cadastro, manejo e recursos humanos (treinamentos).	Escritório Terramaster	Anibal
	Visita à Comissão Pastoral da Terra	Timbó Grande	Anibal
	Reunião para avaliação do cumprimento dos Princípios, critérios e indicadores elaboração de ações corretivas e recomendações.	Hotel	Todos
16/10/08	Reunião de fechamento e apresentação do resultado da avaliação às empresas Timbo Empreendimentos; TerraMaster e Novo Horizonte.	Escritório	Todos

3.3.2 Avaliação do sistema de manejo

Os aspectos sociais foram avaliados pelos auditores Vanilda e Jarbas, através de levantamentos de dados primários e secundários relativos às diversas instâncias representativas da sociedade civil local e regional, além dos órgãos públicos relacionados ao meio ambiente e à atividade florestal. Foi dada atenção, também, às condições de trabalho, incluindo segurança, treinamento, transporte, alimentação, pagamentos, recolhimentos e cumprimento da legislação. Para tanto, foram entrevistados trabalhadores terceiros. Particular cuidado foi dado às entrevistas com lideranças locais e em visitas às comunidades do entorno. Representantes de instituições também foram entrevistados durante o processo de auditoria.

Para a análise dos aspectos ambientais, foram realizadas visitas orientadas pelos auditores Jarbas e Rosemeri, identificando e vistoriando o material cartográfico fornecido pela empresa e verificando a sua veracidade em campo, observando a ocorrência ou não de irregularidades ambientais. Nessas visitas, deu-se maior atenção às áreas protegidas pela legislação, tais como as Áreas de Preservação Permanente e as definidas como Reserva Legal. O objetivo foi de verificar se essas áreas protegidas pela legislação florestal não estavam sendo destinadas para alguma atividade de produção, como cultivo de pinus, outra cultura ou submetidas a algum tipo de perturbação antrópica promovido pela empresa, por vizinhos ou pela população em geral. Tais perturbações poderiam ser em forma de abertura de estradas de serviço, descarga de águas superficiais, extrativismo seletivo, caça predatória ou qualquer outra ação de degradação. Vistorias por amostragem foram feitas em remanescentes da vegetação natural para avaliar o grau de antropização e a eficiência das ações de proteção ou de conservação. Deu-se atenção às ações de manutenção de estradas internas para verificar os procedimentos dessa atividade e seus impactos sobre os corpos d'água e os remanescentes de vegetação natural. Áreas onde estão sendo desenvolvidos programas de monitoramento da fauna e flora e ações de educação ambiental também foram visitadas.

Para a análise dos aspectos florestais, foram realizadas visitas orientadas pelos auditores Vanilda e Jarbas, incluindo aquelas onde ocorriam as operações florestais como preparo de solo, plantio, colheita, arraste e transporte. Outras áreas escolhidas foram aquelas nas quais as operações já haviam sido realizadas para a avaliação dos impactos. Foram avaliadas, também, as condições de manutenção das estradas florestais, o controle de espécies exóticas invasoras, os sistemas de planejamento, controles de produção florestal, cadastros e base cartográfica, além da verificação de toda a documentação pertinente.

3.3.3 Seleção das fazendas avaliadas

As fazendas selecionadas para avaliações criteriosas estão apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12. Fazendas da UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. vistoriadas pelos auditores de manejo florestal.

AUDITOR	FAZENDAS / LOCAIS
Vanilda	Vaca Branca, Mallon, Vizinhança limítrofe, lideranças pública e comunitária, Escritório das empresas administradoras.
Rosemeri	Tamanduá, Vaca Branca, Malon, Machado, Bom Sossego, Passa Dois
Jarbas	Vaca Branca; Mallon; Machado
Aníbal	Vaca Branca, Mallon, Vizinhança limítrofe, lideranças pública e comunitária.

3.3.4 Sítios visitados

Na Tabela 13 são apresentados os principais motivos das visitas dos auditores às diversas fazendas da UMF. Muitas vezes, a mesma fazenda foi auditada em dias diferentes e com perspectivas diversas, com o objetivo de se criar um panorama completo das atividades florestais da empresa.

Tabela 13. Motivos das visitas dos auditores às fazendas integrantes da UMF da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

LOCALIDADES E FAZENDAS	MOTIVO
	- Reunião Pública, visitas às lideranças públicas e comunitárias.
Timbó Grande e região	- Verificação em campo das condições socioeconômicas das comunidades, existência ou não de conflitos, integração empresa-comunidade e nível de acessibilidade aos recursos naturais por estas comunidades nas áreas da empresa.
Tamanduá, Passa Dois, Bom Sossego	- Verificação em campo da verdade terrestre da base cartográfica e das regularidades e irregularidades ambientais como: proteção dos remanescentes naturais; delimitação, proteção e restauração das APP e Reserva Legal; estado de conservação das estradas; processo de erosão e assoreamento; fragmentos naturais; acompanhamento dos projetos de inventário e monitoramento da flora e da fauna.

Vaca Branca	<p>- Verificação em campo da verdade terrestre da base cartográfica e das regularidades e irregularidades ambientais como: proteção dos remanescentes naturais; delimitação, proteção e restauração das APP e Reserva Legal; estado de conservação das estradas; processo de erosão e assoreamento; fragmentos naturais; acompanhamento dos projetos de inventário e monitoramento da flora e da fauna.</p> <p>- Visita à área em demanda</p> <p>- Verificação das operações de silvicultura envolvendo aplicações de herbicidas manuais e mecanizadas, condições das estradas florestais, do sistema de transporte e segurança do trabalho dos funcionários e condições de armazenamento de pesticidas.</p>
Mallon, Machado	<p>- Verificação em campo da verdade terrestre da base cartográfica e das regularidades e irregularidades ambientais como: proteção dos remanescentes naturais; delimitação, proteção e restauração das APP e Reserva Legal; estado de conservação das estradas; processo de erosão e assoreamento; fragmentos naturais; acompanhamento dos projetos de inventário e monitoramento da flora e da fauna.</p> <p>- Verificação das condições das áreas úmidas e locais de captação de água.</p> <p>- Verificação das operações de silvicultura envolvendo aplicações de herbicidas manuais e mecanizadas, condições do sistema de transporte e de segurança do trabalho dos funcionários, e condições de armazenamento de pesticidas.</p>
Mallon, Machado	<p>- Visita às operações de colheita, arraste e traçamento de madeira, condições de manutenção das estradas florestais e de trabalho: sistema de transporte; segurança do trabalho, alimentação e higiene.</p>
Bom Sossego	Verificar possível área a ser transformada em RPPN (Gruta do Monge João Maria).
Caçador	Visita ao escritório regional do órgão ambiental (FATMA) para verificação do andamento dos licenciamentos, pendências, legislação pertinente, e outros.
Escritório em Timbó Grande	<p>- Análise da documentação e entrevista com os responsáveis pelos inventários, monitoramentos e Áreas de Conservação.</p> <p>- Armazenamento, manuseio e controle de pesticidas</p>

3.3.5 Consultas às lideranças locais (*Stakeholders*)

Conforme os procedimentos da SCS, as consultas às lideranças locais mais relevantes são um dos componentes importantes no processo de avaliação do manejo. As consultas foram efetuadas antes dos trabalhos de campo, através do envio de correspondência a inúmeras instituições (conforme listagem no Anexo 01). Durante a auditoria, as consultas ocorreram em diversas localidades, incluindo uma Reunião Pública, além de entrevistas com representantes de diversos segmentos da sociedade civil e da população das imediações onde a empresa desenvolve suas atividades. Dentre os entrevistados, incluíram-se líderes sindicais, representantes de órgãos públicos, organizações privadas, lideranças locais e políticas, além de moradores do entorno das propriedades e da sede municipal. O principal propósito para a consulta foi:

- Buscar subsídios das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo das plantações florestais da empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A, assim como a natureza das interações entre a empresa e as populações do entorno.
- Verificar se os responsáveis pelo manejo florestal teriam consultado as partes interessadas para identificar quaisquer áreas de alto valor de conservação

As principais partes interessadas nesta avaliação foram identificadas com base nos resultados de uma listagem apresentada pela própria empresa e pela pesquisa de outras fontes. Os seguintes grupos foram definidos como as principais partes interessadas:

- empregados da empresa, incluindo pessoal gerencial e de campo;
- contratados;
- proprietários vizinhos;
- moradores de bairros vizinhos;
- membros do FSC-Brasil;
- membros locais e regionais das ONG ambientais;
- membros locais e regionais das ONG sociais;
- compradores de produtos da empresa;
- agentes dos órgãos ambientais (licenciamento, fiscalização) federais, estaduais e municipais;
- outros grupos relevantes

3.3.5.1 Modelo - Consulta pública da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

CARTA CONVITE

REUNIÃO PÚBLICA

Certificação de Manejo Florestal (FSC) de Plantações Florestais conduzidas nas regiões de Timbó Grande e Santa Cecília, estado de Santa Catarina.

TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A

A SCS – Scientific Certification Systems (www.scs-certified.com) – entidade credenciada pelo FSC (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal) para a Certificação Florestal, convida *V. Sa.* para a **Reunião Pública**, que marca o início da auditoria de campo do processo de **Recertificação FSC**, requerida junto a esta instituição pela Timbó Empreendimentos Florestais S.A. Os locais a serem avaliados em terras próprias da empresa distribuem-se por 5 municípios nas regiões de Timbó Grande e Santa Cecília, no Estado de Santa Catarina. Nessas localidades, o manejo de plantações florestais de *Pinus spp.* soma um total de 13.869,23 ha a serem recertificados, dos quais 7.624 ha de efetivo plantio e 4.409 ha de áreas de conservação de vegetação nativa.

As plantações florestais pertencentes à **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.** têm como finalidade o abastecimento das unidades industriais de processamento primário, serraria e laminadora, localizados no município de Timbó Grande, Santa Catarina. Estas, por sua vez, são responsáveis por fornecer a matéria-prima utilizada pela empresa Compensados e Laminados Lavrasul S.A., localizada em Canoinhas, que elabora os seguintes produtos: compensados, laminados, blank, painéis, e outros.

Os objetivos gerais da **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.** estão vinculados à implantação das florestas necessárias à produção de madeira para fins industriais, ao atendimento das necessidades do seu mercado alvo (matéria-prima para serraria e laminação), e à maior possibilidade de proteção aos mananciais. Estes objetivos serão alcançados desde que seja mantida a sustentabilidade do sistema como um todo, seja no aspecto da produtividade e qualidade das florestas e produtos, seja na utilização de técnicas produtivas compatíveis com o equilíbrio e conservação do meio ambiente, assumindo a premissa de que floresta produtiva é aquela que alia o plantio de espécies destinadas à produção industrial, com a preservação da fauna e flora silvestre da região.

A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. busca desempenhar sua função social, contribuindo para o desenvolvimento da região de Timbó Grande - SC. A empresa valoriza a mão-de-obra e, desde a certificação, tem realizado trabalho de incentivo às empresas prestadoras de serviços a contratarem mão-de-obra local. O percentual de trabalhadores locais é de aproximadamente 70 %.

Especificamente na área de educação, a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. tem buscado parcerias com instituições de pesquisa e universidades do Estado, oferecendo estágios a estudantes de várias instituições. Além disso, desenvolveu um Programa de Educação Ambiental para crianças e promoveu a melhoria da escolaridade dos funcionários, entre outras atividades.

A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. garante o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região, desenvolvendo trabalhos de monitoramento e conservação da biodiversidade, do solo e dos recursos hídricos, buscando minimizar, ao máximo, o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente, através da implementação de técnicas adequadas de manejo.

O processo de Certificação Florestal prevê a **participação popular** e da **sociedade civil** e, para tanto, convidamos *V. Sa.* para a **Reunião Pública** que ocorrerá no dia **13 de outubro de 2008, às 18:30**

horas, na Igreja Católica - Paróquia São José, situada na Rua Germano Alves de Almeida, Centro, Timbó Grande, SC.

Salienta-se que a participação das mais diversas instâncias representativas da sociedade civil mostra-se fundamental, visto que a Certificação Florestal pressupõe o exercício pleno da cidadania de indivíduos e instituições direta e indiretamente interessados no assunto. Da mesma forma, a requerente deverá desenvolver seu manejo florestal em conformidade com os Princípios e Critérios do **FSC**, o qual pressupõe que a empresa deve promover um manejo *socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente viável*.

Ressalta-se que essa **Reunião** será realizada sem a presença da empresa. Seu objetivo será de colher sugestões e preocupações que devem balizar os trabalhos da auditoria de campo, que avaliará como se desenvolve o manejo florestal nos aspectos *social, legal, ambiental e econômico*. Deste modo, sua participação mostra-se importante, a fim de que todos possam manifestar suas preocupações, comentários, sugestões, críticas ou apresentar novas evidências que possam ser úteis ao processo e que serão, em sua totalidade, registradas na presença de todos os participantes.

A Reunião será dividida em duas partes:

- a) Exposição sucinta do processo de Certificação Florestal segundo os Padrões do FSC (Conselho de Manejo Florestal), ocasião em que os participantes poderão expor suas dúvidas remanescentes;
- b) Manifestação das preocupações ou aspectos que os participantes gostariam de ver contemplados nos Processos de Recertificação Florestal da **Timbó Empreendimentos Florestais S.A.**.

Para uma contribuição mais efetiva, encontra-se em anexo um **Questionário de Consulta Pública** para ser preenchido por V. Sa., se assim o desejar, sendo que o mesmo deverá ser enviado ao seguinte e-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br ou ainda, se preferir, ao fax: **(0xx43) 3535-4906**. Além disso, se porventura houver interesse em obter mais informações acerca dos **Padrões de Certificação utilizado pela SCS para Manejo de Plantações Florestais no Brasil**, esse documento pode ser obtido no *site* da **SCS** (http://www.scs-certified.com/forestry/forest_programmat_fm.html), sendo possível fazer o seu *download* (em formato Word) gratuitamente.

Desta forma, **todos estão convidados** a participar da Reunião Pública, **independentemente do recebimento formal deste comunicado**. Solicita-se, pois, de V. Sa. a **divulgação** do evento e do Questionário anexo às instituições e pessoas de seu conhecimento que tenham interesse em participar do processo.

Atenciosamente.

Vanilda Rosângela de Souza
Auditora da SCS / Sysflor

3.3.5.2 Modelo - Questionário de Consulta Pública da Timbó Empreendimentos Florestais S.A.

Certificação Florestal de Plantações Florestais – Região de Timbó Grande – Santa Catarina.

TIMBÓ EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A

Nome										
Instituição										
Endereço p/ Contato										
CEP:						-			E-mail	
<p>1. O(a) sr.(a) conhece a Timbó Empreendimentos Florestais, citada acima ?</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>										
<p>2. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer a respeito da empresa Timbó Empreendimentos Florestais?</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>										
<p>3. Quais seriam esses comentários?</p> <hr/>										
<p>4. O(a) sr.(a) conhece alguma peculiaridade dentro das Florestas da empresa, nas regiões citadas acima e que tenha especial importância ecológica?</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>										
<p>5. Quais seriam essas áreas (onde se localizam) e quais as características que a tornam importante para a conservação?</p> <hr/>										
<p>6. Existe algum aspecto na área ambiental que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo?</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) ambiental(is)?</p> <p>6.1 _____</p> <p>6.2 _____</p>										
<p>7. Existe algum aspecto na área social que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo?</p> <p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) social(is)?</p> <p>7.1 _____</p> <p>7.2 _____</p>										

O presente questionário tem por objetivo permitir aos cidadãos das mais variadas formações e interesses, ou representantes de instituições representativas da sociedade civil, participar de forma ativa do processo de Certificação Florestal do FSC. Desta forma, solicita-se que este questionário seja enviado ao seguinte E-mail: **vanilda.souza@sysflor.com.br**. Caso assim o prefira, o questionário pode ser enviado ao seguinte número de fax: (0xx43) **3535-4906**. Solicita-se, igualmente, que o questionário seja divulgado para aqueles que, no seu entendimento, sejam pessoas que possam contribuir para o processo.

OBS.: a) As identidades dos autores que fizerem observações neste questionário não serão expostas nos documentos atinentes ao Processo de Certificação.

b) A participação dos interessados nesta Consulta Pública não implicará co-responsabilidade no Processo de Certificação.

3.3.5.3 Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe

Preocupações Sociais

- As empresas Agropastoril Novo Horizonte e Timbó empreendimentos S.A deveriam divulgar o processo de compra e venda das florestas, considerando que as atividades florestal e industrial de ambas detêm a maior parte dos empregos do município.

Resposta: A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A., por contrato, não pode divulgar publicamente essa informação. Entretanto, quando o manejo foi assumido pela Timbó, foram colocadas placas de identificação em todas as fazendas e as lideranças locais foram contatadas.

- Pelo fato de Timbó Grande ser uma pequena cidade, não há opções de lazer, especialmente para os jovens. Como a empresa vê essa questão? Há interesse em melhoria nesse sentido?

Resposta: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. entende que a administração pública é responsável por esta questão. No entanto, a empresa está disposta a apoiar a iniciativa do poder público.

- Há uma satisfação comunitária muito grande, pelo fato do manejo florestal da Agropastoril Novo Horizonte e atual Timbó Empreendimentos Florestais ter sido certificado pelo FSC, exigindo da empresa o cumprimento dos requisitos legais e a promoção de melhorias nos aspectos do bem-estar social e da segurança. Como a empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. pretende dar sequência a essas questões e programas que vinham sendo desenvolvidos?

Resposta: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. tem a satisfação de ter adquirido florestas certificadas e se comprometeu com a continuidade das boas práticas de manejo e com melhorias necessárias para a manutenção do certificado FSC de “Bom Manejo”.

- O projeto de educação ambiental era um dos principais canais de comunicação e acesso à comunidade. A empresa vai dar continuidade ao programa?

Resposta: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. entende que a Educação Ambiental é um canal de comunicação importante que será mantido dentro do Plano de Desenvolvimento Social da empresa.

- O escritório da administradora operacional Terra Master está sempre fechado. Como a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. pretende desenvolver um canal de diálogo e resolução de queixas com a comunidade?

Resposta: Durante a fase de transição, houve algumas dificuldades e foram necessárias adequações para o estabelecimento efetivo da equipe TerraMaster em Timbó Grande. Entretanto, o escritório já está funcionando em horário comercial, pronto e aberto para recebimento de qualquer tipo de comunicação. Além deste canal de comunicação, foi disponibilizado, também, o telefone do escritório da empresa em Curitiba.

Preocupações Econômicas

- Há uma apreensão por parte da comunidade sobre a possível implicação que teria para o município o fato de os ativos florestais da Agropastoril Novo Horizonte terem sido adquiridos por uma empresa estrangeira. Como os novos proprietários veem essa questão?

Resposta: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. continua com as atividades florestais de forma regular, desde a aquisição das florestas. O capital é estrangeiro, mas a empresa é brasileira, administrada por brasileiros. A empresa não vê nenhuma implicação por se tratar de capital estrangeiro.

Preocupações Ambientais

- Como a empresa vê os possíveis efeitos danosos da expansão da monocultura de *Pinus* para o meio ambiente na região de Timbó Grande? Como amenizar esses danos?

Resposta: A empresa acredita que, como qualquer outra cultura, as plantações de pínus, também, têm os seus impactos. Entretanto, a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. desenvolve e implementa técnicas modernas e adequadas para minimizar ao máximo esses impactos.

3.3.6 Outras técnicas de avaliação

Não foi utilizada nenhuma outra técnica de avaliação, a não ser aquelas normalmente utilizadas, como visitas em campo, entrevistas, consultas públicas e verificação de documentos.

3.4 Tempo Total Utilizado na Auditoria

Para a avaliação do manejo desenvolvido pela Timbó Empreendimentos Florestais S.A., foi formada uma equipe de auditores que revisaram toda a documentação da empresa, visitaram as atividades desenvolvidas nas Unidades de Manejo. Nas fazendas consideradas no escopo da certificação, foram entrevistados funcionários e partes interessadas em busca de subsídios e evidências do cumprimento ou não dos princípios e critérios do FSC. Ao todo, foram gastas 198 horas de avaliação *in loco*, correspondendo a 24,7 dias (Tabela 14).

Tabela 14. Cargas horárias dedicadas pelos auditores, nas diferentes fases da auditoria de manejo florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A..

Atividade	Auditores			
	Vanilda	Rosemeri	Jarbas	Anibal
Consulta pública / partes interessadas	16	0	0	16
Reunião pública	4	4	4	4
Documentação	12	14	12	6
Campo	12	22	20	8
Reunião de avaliação	8	8	8	8
Reunião de fechamento	3	3	3	3
Total	55	51	47	45

3.5 Processo de Determinação das Conformidades

Os padrões de certificação definidos pelo FSC compreendem três níveis hierárquicos: os Princípios que abrangem aspectos de uma forma geral, os Critérios que detalham cada Princípio e os indicadores que detalham cada critério. De acordo com os protocolos de avaliação do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação, coletivamente, deve decidir se uma determinada operação florestal está em conformidade com qualquer indicador aplicável dentro da relevância do padrão de certificação. Cada não-conformidade de um critério ou sub-critério precisa ser avaliada para determinar se constitui uma não-conformidade maior ou menor. Nem todos os Indicadores têm a mesma importância e não existe nenhuma fórmula numérica para determinar se uma operação está em uma não-conformidade. A equipe precisa usar o julgamento coletivo para avaliar cada critério e definir a sua conformidade. Quando uma operação florestal for avaliada como não-conforme para um determinado critério, pelo menos um indicador precisa ser avaliado como uma não-conformidade maior.

Ações corretivas requeridas (*Corrective action request – CAR*) são definidas para cada não-conformidade. Não-conformidades maiores são denominadas CAR Maiores e as não-conformidades menores, como CAR ou CAR menores.

Interpretação de CAR maiores (pré-condições), CAR (CAR menores) e recomendações (REC).

CAR maiores/Pré-condições: são não-conformidades maiores, individuais ou combinadas com outras não-conformidades de outros indicadores, que resultam (ou podem resultar) em uma falha considerável no cumprimento dos objetivos do critério do FSC, dado o caráter único e a fragilidade dos recursos florestais. Estas são ações corretivas que precisam ser resolvidas ou fechadas antes da emissão do certificado. Se uma CAR maior for identificada após a certificação, o prazo previsto para corrigir esta não-conformidade é tipicamente menor do que de uma CAR menor. A certificação estará condicionada à resposta da operação florestal em resolver a pendência no prazo estipulado.

CAR ou CAR Menores: são ações corretivas em resposta a não-conformidades menores que são, tipicamente, limitadas na escala ou podem ser caracterizadas como erros não usuais do sistema. As ações corretivas devem ser cumpridas em um tempo pré-definido, depois de emitido o certificado.

Recomendações: são sugestões que a equipe de avaliação apresenta, no sentido de ajudar a empresa a se encaminhar a uma situação ideal de desempenho. A implementação das recomendações é voluntária e não afeta a manutenção do certificado. Recomendações podem virar condicionantes, caso o cumprimento de algum critério esteja sendo afetado pela sua não execução.

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Verificação do cumprimento das CAR maiores

A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. implementou todas as Pré-Condicionantes e enviou aos auditores a documentação comprovando as ações corretivas adotadas. Os auditores avaliaram a documentação e concluíram que as ações corretivas requeridas foram cumpridas (item 5.2).

As conclusões da equipe de avaliação, relativas aos pontos fortes e fracos da operação florestal, em relação aos padrões de certificação do FSC, são apresentadas na Tabela 15, bem como o número das ações corretivas requeridas (CAR) em cada princípio.

Tabela 15. Principais pontos fortes e fracos de desempenho da Timbó Empreendimentos Florestais S.A., em relação aos P&C do FSC.

Princípio	Pontos fortes	Pontos fracos	Providências
P 1: Obediência às Leis e aos Princípios do FSC	<ul style="list-style-type: none"> • Conformidade com as legislações federal, estadual e municipal e suas regulamentações • Pagamento de todos encargos e impostos previstos • Respeito a todos os acordos e tratados internacionais, ratificados pelo Congresso Nacional Brasileiro • A empresa se preocupa em monitorar e evitar as atividades ilegais que possam ocorrer nas suas áreas, incluindo caça ilegal • Existe um compromisso formal de longo prazo de adesão aos Princípios e Critérios do FSC. • As Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, em geral, são mantidas e existe um compromisso de longo prazo de mantê-las. • Biblioteca com os aspectos legais e de convenções internacionais relacionados, relativos a aspectos ambientais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi verificada a estocagem de madeira em APP. 	CAR Maior 2008.04
		<ul style="list-style-type: none"> • Foram observados plantios recentes de pinus (julho de 2007 a junho de 2008) em algumas APP (áreas junto aos cursos d'água). 	CAR Maior 2008.05
		<ul style="list-style-type: none"> • As Fazendas Tamanduá, Bom Sossego, Machado e Ponte Velha II aguardam regularização da RL 	CAR Menor 2008.08
		<ul style="list-style-type: none"> • Há falhas na observância e cumprimento da legislação trabalhista quanto aos encargos fiscais relativos aos vencimentos integrais (em espécie) para todos os trabalhadores (próprios e terceiros) que atuam na UMF. 	CAR Menor 2008.07
		<ul style="list-style-type: none"> • Não há um plano de recuperação de áreas degradadas, específico para cascalheiras 	CAR Menor 2008.15
		<ul style="list-style-type: none"> • Existência de uma gruta que, por tradição local, é considerado um dos últimos esconderijos do monge João Maria, líder messiânico da Guerra do Contestado, ainda não avaliada para criação de RPPN. 	REC 2008-02

<p>P 2: Direitos e Responsabilidades de Posse e Uso da Terra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe clara documentação e evidência dos direitos de uso dos recursos florestais da propriedade. • Não existem comunidades locais que utilizam, com direitos legais ou costumeiros de posse ou uso da terra, a área florestal, exceto durante a época de coleta de pinhão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de solucionar, em definitivo, a demanda em relação à parte da Fazenda Vaca Branca por uma família vizinha à área. • A empresa deve prever e permitir, de forma controlada, o acesso à coleta de pinhão por parte das comunidades locais. 	<p>CAR Menor 2008.09</p> <p>REC 2008.03</p>
<p>P 3: Direitos das Comunidades e Indígenas e Comunidades Tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nas áreas da empresa e no seu entorno, não há comunidades indígenas ou comunidades tradicionais. Assim, este princípio, de maneira geral, não se aplica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmo não havendo populações indígenas na região, a empresa deve preservar, em suas áreas, locais de especial significado cultural, religioso e histórico referente à Guerra do Contestado. 	<p>REC 2008.02</p>
<p>P 4: Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores da Unidade de Manejo Florestal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos em uma das regiões mais carentes do Estado de Santa Catarina. • Fortalecimento da economia local, com a utilização de prestadores de serviços e de fornecedores da região. • A empresa desenvolve projetos sociais, os quais têm colaborado para o desenvolvimento geral, especialmente do Município de Timbó Grande, que detém o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Santa Catarina. A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A., que está assumindo o manejo dessas florestas, deve dar continuidade a esses programas. • Implantação de um sistema simples e eficaz de comunicação com a população local e colaboradores, através de uma Caixa Postal com postagem pré-paga pela empresa. • Apoio a instituições públicas, notadamente em questões sociais e educacionais. • Preocupação com a qualificação e educação dos trabalhadores em conformidade com o Plano de Manejo adotado pela empresa, principalmente em abate seguro de árvores. • Benefícios aos colaboradores, quando comparados à mão-de-obra regional • Melhorias significativas no sistema de monitoramento de segurança do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano de Desenvolvimento Social deve ser reavaliado no tocante às necessidades educacionais (incluindo educação ambiental), de saúde, sanidade e de melhoria da renda, incorporando ações e programas já desenvolvidos nos cinco primeiros anos de certificação; deve, também, articular suas ações com os empreendimentos da região e as lideranças locais. • O número de aparelhos de rádio de comunicação nas frentes de trabalho é insuficiente. • O levantamento dos impactos sociais está desatualizado e não inclui as medidas mitigadoras para possíveis impactos negativos. • Os procedimentos para resolução de queixas e reclamações da 	<p>CAR Maior 2008.01; REC 2008.01</p> <p>CAR Maior 2008.02</p> <p>CAR Menor 2008.10</p> <p>CAR Menor</p>

		<p>comunidade, referentes às operações de MF não são formalizados, nem se prevêm mecanismos de resolução.</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de revisão da lista de EPI requeridos para cada atividade florestal e divulgação ampla aos trabalhadores florestais dos EPI obrigatórios para cada função em atuação no local. O transporte dos trabalhadores florestais nem sempre se dá em conformidade com as condições climáticas da região. Não se avalia a eficácia dos programas de treinamento para primeiros socorros. 	<p>2008.11</p> <p>CAR Menor 2008.12; REC 2008.7</p> <p>REC 2008.05</p> <p>REC 2008.04</p>
P 5: Benefícios Da Floresta (Plantações Florestais)	<ul style="list-style-type: none"> A atividade florestal tem viabilidade econômica e leva em conta os custos ambientais, sociais e operacionais, assegurando investimentos para a manutenção de sua produtividade ecológica. Os equipamentos são tecnicamente adequados e viáveis economicamente. Promove o uso de bens e serviços de fornecedores locais. São identificados os serviços ambientais da UMF. Os níveis de colheita dos produtos florestais não excedem os patamares de produção sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta um programa de minimização do desperdício de madeira resultante do traçamento das árvores em classes de diâmetro (sortimento). Não se estimula o desenvolvimento de atividades não-madeireiras nas áreas de reserva legal. 	<p>CAR Menor 2008.13</p> <p>REC 2008.06</p>
P 6: Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Existem avaliações de impactos de várias atividades realizadas pela empresa. Existe a descrição de medidas mitigadoras de impactos ambientais por atividade de manejo florestal. Existem evidências de ações de controle de caça e registros de ocorrências destes eventos. Estão sendo protegidas amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem em seu estado natural e suas áreas estão demarcadas em mapas. Existe um plano para prevenção e combate a incêndios. 	<ul style="list-style-type: none"> Faltam avaliações de impacto das atividades de manejo florestal sobre os componentes dos ecossistemas naturais, sendo necessário melhorar o Programa de Levantamento da Fauna Silvestre, voltado para subsidiar o Plano de Manejo da Fauna, com ênfase nas espécies raras e ameaçadas de extinção. 	<p>CAR Menor 2008.14</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Não são utilizados pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como dos tipos 1A e 1B, nem aqueles à base de hidrocarbonetos clorados, os persistentes ou que permaneçam biologicamente ativos e sejam cumulativos na cadeia alimentar. • Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos, líquidos ou sólidos, incluindo combustíveis e óleos lubrificantes, são dispostos de forma ambientalmente apropriada, em local adequado. • O uso de agentes de controle biológico são documentados, monitorados e criteriosamente controlados. • Não utilização de organismos geneticamente modificados. • Não existe conversão de áreas florestais para outros usos não-florestais da terra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Faltam a avaliação dos impactos gerados pelos equipamentos utilizados nas atividades de colheita de madeira e a adoção de medidas mitigadoras. • Existe a necessidade de melhorar as condições de conservação de sítios de relevante valor histórico cultural, existentes dentro da UMF da empresa. • O Plano de Gerenciamento de Resíduos necessita de revisão, incluindo a destinação final. 	<p>CAR Menor 2008.18</p> <p>REC 2008.02</p> <p>CAR Menor 2008.16</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar de ser desenvolvido um Programa de Eliminação de Exóticas em áreas de conservação e de regeneração de APP e RL, a formalização, os prazos e as áreas de realização destas atividades devem ser definidos e detalhados. 	<p>CAR Menor 2008.17</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, específico para cascalheiras. 	<p>CAR Menor 2008.15</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • O armazenamento de pesticidas não obedece à legislação vigente e às instruções fornecidas pelo fabricante, nem são divulgadas à comunidade informações sobre sua aplicação, incluindo os cuidados adotados pela empresa nesta atividade. 	<p>CAR Menor 2008.19; 20; 21</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • As Fazendas Tamanduá, Bom Sossego, Machado e Ponte Velha II aguardam regularização da RL 	<p>CAR Menor 2008.08</p>
<p>P. 7: Plano de Manejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Plano de Manejo apropriado à escala e intensidade das operações propostas, • No Plano de Manejo, não estão discriminadas, em 	

	<p>que vem sendo implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los estão claramente descritos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe um plano de prevenção e controle de incêndios florestais, incluindo a estrutura de vigilância (postos de observação, equipamentos e meios de comunicação), práticas silviculturais (manutenção de aceiros, roçadas, etc.), definição de pontos de captação de água com suas respectivas vias de acesso e acesso pronto aos materiais e equipes devidamente treinadas, com responsabilidades definidas para combater os focos de incêndio. • Está disponível ao público um resumo dos elementos principais do Plano de Manejo. 	<p>cada fazenda, as áreas relativas à conservação, plantio e infraestrutura, nem a localização dessas áreas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Plano de Manejo precisa ser reformulado, visando eliminar incoerências e descrições de ações não pertinentes ao manejo florestal, atualizando-o de acordo com dados recentes. • A base cartográfica e os mapas das fazendas da UMF ainda apresentam erros com relação à verdade terrestre em vários aspectos (estradas, represas, talhões, etc.). • Não constam no Plano de Manejo os projetos para identificação e proteção de espécies raras e/ou ameaçadas. • Falta avaliação dos impactos gerados pelos equipamentos utilizados nas atividades de colheita de madeira, e adoção de medidas mitigadoras. 	<p>CAR Maior 2008.03</p> <p>CAR Menor 2008.22</p> <p>CAR Menor 2008.23</p> <p>CAR Menor 2008.14</p> <p>CAR Menor 2008.18</p>
<p>P. 8: Monito- ramento e Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As informações do monitoramento são registradas, arquivadas e disponíveis, sendo utilizadas para o planejamento e revisão das operações florestais. • A empresa pesquisa e monitora, entre outros aspectos, os seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> - rendimento de todos os produtos florestais colhidos; - taxas de crescimento, regeneração e condição fitossanitária da floresta; - viabilidade econômica, produtividade e eficiência do manejo florestal; - frequência de incêndios e a área atingida; - fertilidade do solo. • O modo de trabalhar permite o monitoramento e o rastreamento de cada produto florestal, desde a sua origem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há um programa de monitoramento da flora e da fauna implantado. • Há falhas na manutenção da base de dados necessária para a continuidade da produtividade ecológica da floresta, no processo de transferência das áreas certificadas da Agropastoril Novo Horizonte para a empresa Timbó Empreendimentos. • Faltam estudos da fragmentação e da conectividade de ecossistemas. 	<p>CAR Menor 2008.24</p> <p>CAR Maior 2008.06</p> <p>CAR Menor 2008.25</p>

P 9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 20 % da área total da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. é protegido com reservas de florestas nativas – as prováveis áreas de FAVC serão derivadas de parte das atuais áreas protegidas. Existem áreas de conservação representativas dos ecossistemas que ocorrem na região, com integridade ecológica. 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de definição de áreas específicas qualificadas como Floresta de Alto Valor de Conservação. 	CAR Menor 2008.26
P 10: Plantações Florestais	<ul style="list-style-type: none"> Boa dimensão, porcentagem de ecossistemas naturais protegidos e apresentados nos respectivos mapas. A seleção das espécies é baseada na adequação geral ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Existência de estratégias de proteção dos recursos hídricos, incluindo controle de erosão e adoção de técnicas de conservação dos solos. Utilização de técnicas silviculturais de alto nível técnico. Implantação de medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas e a ocorrência de incêndios. Utilização de métodos de manejo integrado de pragas. 	<ul style="list-style-type: none"> No Plano de Manejo, não estão discriminadas, em cada fazenda, as áreas relativas à conservação, plantio e infraestrutura, nem a localização dessas áreas. Falta identificar em mapas todas as áreas de APP contendo espécies exóticas para, posteriormente, junto aos órgãos ambientais, definirem plano de erradicação das mesmas e recuperação dessas áreas. 	CAR Maior 2008.03
		<ul style="list-style-type: none"> Falta avaliação dos impactos gerados pelos equipamentos utilizados nas atividades de colheita de madeira, e adoção de medidas mitigadoras. 	CAR Maior 2008.05
		<ul style="list-style-type: none"> A empresa não atualizou o levantamento de impactos sociais 	CAR Menor 2008.17
			CAR Menor 2008.10

5 DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO

5.1 Recomendação da Certificação

Como determinado pelo protocolo do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação recomenda que a empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A. seja contemplada com a recertificação de 5 anos do FSC, com o respectivo certificado de “floresta bem manejada”, por um período de cinco anos (2009 a 2013), sujeito ao cumprimento das ações corretivas requeridas, descritas no item 5.2. A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. tem demonstrado que o seu sistema de manejo adotado é capaz de garantir o cumprimento de todos os requerimentos do Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 01, novembro de 2007, nas áreas florestais objeto desta avaliação. A empresa tem demonstrado, também, que o sistema de manejo descrito está sendo cumprido corretamente em todas as áreas cobertas por esta avaliação.

5.2 Ações Corretivas Requeridas (CAR)

Antecedentes/Justificativas: A empresa Novo Horizonte desenvolveu projetos sociais, os quais têm colaborado para o desenvolvimento geral, especialmente do Município de Timbó Grande, que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Santa Catarina. A empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A., que está assumindo o manejo dessas florestas, deve dar continuidade a esses programas.	
CAR Maior 2008.01	Reavaliar as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Social, contemplando as necessidades: 1) educacionais, incluindo educação ambiental, 2) de saúde, 3) de sanidade, 4) de melhoria da renda. As novas diretrizes devem incorporar as Ações e Programas Sociais desenvolvidos nos cinco primeiros anos de certificação do Manejo Florestal em questão, garantindo as implementações/melhorias necessárias para a continuidade dos mesmos.
Referência	FSC Critério P4.c1.i2
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
Para reavaliação das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Social a Timbó Empreendimentos Florestais S.A. está atualizando o diagnóstico social, realizado anteriormente pela Agropastoril Novo Horizonte. A empresa apresentou um plano de desenvolvimento social preliminar, contempla os quatro itens mencionados na CAR, o qual será revisado e, possivelmente, melhorado, com a finalização do diagnóstico social. Resultados da atualização do diagnóstico serão avaliados na auditoria a ser realizada em julho de 2009.	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: Equipamentos de comunicação nas frentes de trabalho são imprescindíveis para o desempenho geral do trabalho e, principalmente, para situações de emergência. Embora a empresa disponha de rádios de comunicação nas frentes de trabalho, seu número é insuficiente e parte deles não está funcionando.	
CAR Maior 2008.02	Atender as exigências do P4.c2C.i8 quanto à existência e funcionamento de equipamentos de comunicação no local de trabalho.
Referência	FSC Critério P4.c2C.i8
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
A empresa adquiriu um novo sistema de comunicação, incluindo estações fixas, estações repetidoras, 12 aparelhos de rádio para comunicação e outros acessórios. Foi apresentado documento fiscal de aquisição desse material.	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: O Plano de Manejo Florestal deve apresentar, dentre outros itens, a descrição e a caracterização dos recursos florestais a serem manejados. Foi apresentado um plano de manejo desatualizado e sem informações precisas sobre as áreas a serem recertificadas.	
CAR Maior 2008.03	Atualizar o Plano de Manejo, fazendo constar tabelas com: 1) áreas totais de cada fazenda; 2) áreas das reservas legais; 3) áreas das APP; e 4) áreas de efetivo plantio de pinus.
Referência	FSC Critério P7.c1.i7
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. revisou as áreas do escopo da certificação atualizando as informações solicitadas (área total, áreas de conservação e as áreas de efetivo plantio).	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: De acordo com a Legislação Brasileira, a empresa deve manter a integridade das áreas protegidas. Entretanto, foi verificada a utilização de Áreas de Preservação Permanente como local de estocagem de madeira.	
CAR Maior 2008.04	Eliminar operações de estaleiramento (estocagem) de madeira em APP (Áreas de Preservação Permanente).
Referência	FSC Critério P1- Legislação / Código Florestal
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
A madeira que havia sido estocada em áreas de APP foi retirada. A empresa elaborou e enviou às empresas que realizam a colheita de madeira, uma carta de registro de ocorrência e solicitação de não incorrência nesse tipo de situação.	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: A faixa de áreas de preservação permanente (incluindo banhados), bem como a Reserva Legal devem ser respeitadas e mantida a sua integridade.	
CAR Maior 2008.05	Identificar em mapas todas as áreas de APP que contenham espécies exóticas, para, posteriormente, junto aos órgãos ambientais, definirem plano de erradicação das mesmas e recuperação dessas áreas.
Referência	FSC Critérios P1.c1.i2; P10.c6.i3
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
A empresa identificou em mapas as áreas de APP que contêm pinus. Entretanto, mapas bem mais detalhados deverão ser elaborados após a finalização dos trabalhos de georreferenciamento.	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

Antecedentes/Justificativas: Com a mudança na administração dos povoamentos certificados, anteriormente de propriedade da Agropastoril Novo Horizonte, a nova administradora Timbó Empreendimentos Florestais S.A. ficou sem o histórico (informações/registros) necessário para a continuidade aos trabalhos realizados e aos avanços alcançados nos cinco primeiros anos de certificação do manejo florestal.	
CAR Maior 2008.06	Garantir, no processo de transferência das áreas certificadas da Agropastoril Novo Horizonte para a empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A., a manutenção da base de dados necessária para a continuidade da produtividade ecológica da floresta.
Referência	FSC Critério P8.c2
Ações da Empresa/Observações do Auditor	
A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. solicitou, formalmente, registros eletrônicos essenciais para a continuidade da produtividade ecológica da floresta. Foram recebidos alguns documentos, tais como Plano de Gestão de Impacto Social, Plano de Gestão de Impacto Ambiental, Plano de Manejo, Caracterização de Fauna e Flora, além dos Relatórios de Auditoria.	
Posição até a data de elaboração do relatório	
CAR Cumprida	

CAR Menores

Antecedentes/Justificativas: De acordo com a legislação trabalhista, os encargos fiscais devem ser recolhidos sobre o valor total pago ao funcionário em cada mês e não sobre o salário base, exceto se não houver adicionais de horas extras, horas rodoviárias e acréscimos relativos à produção.	
CAR Menor 2008.07	Observância e cumprimento da legislação trabalhista quanto aos encargos fiscais relativos aos vencimentos integrais (em espécie) para todos os trabalhadores (próprios e terceiros) que atuam na Unidade de Manejo.
Prazo	Julho de 2009
Referência	FSC Critério P1.c2.i1

Antecedentes/Justificativas: A empresa já averbou quase que a totalidade de suas áreas de reserva legal, como consta nas matrículas de suas propriedades. Entretanto, restam quatro fazendas onde as RL precisam ser averbadas.	
CAR Menor 2008.08	Regularizar a averbação da reserva legal das Fazendas Tamanduá, Bom Sossego, Machado e Ponte Velha II.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critérios P1.c7.i1; P6.c4.i2

Antecedentes/Justificativas: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. tem acompanhado o processo de demanda judicial para reintegração de posse da área invadida na Fazenda Vaca Branca.	
CAR Menor 2008.09	Apresentar, anualmente, relatório de acompanhamento da ação judicial de disputa de posse na Fazenda Vaca Branca.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critérios P2.c1.i2; P2.c3.i4

Antecedentes/Justificativas: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. não atualizou o levantamento de impactos sociais realizado para o processo de certificação, o que impede a comparação da situação das comunidades antes, durante e depois da intervenção dos programas sociais nesses 5 anos.	
CAR Menor 2008.10	Os impactos sociais (positivos e negativos) das atividades operacionais da Timbó Empreendimentos Florestais S.A devem ser reavaliados e atualizados. Para impactos negativos a empresa deve elaborar e implementar medidas mitigadoras.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critérios P4.c4.i1; P10.c8a

Antecedentes/Justificativas: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. não apresentou um canal de comunicação formal para resolução de queixas nos locais de atuação mais direta com a comunidade.	
CAR Menor 2008.11	Formalizar os procedimentos para resolução de queixas e reclamações da comunidade, referente às operações de manejo florestal, prevendo mecanismos de resolução.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P4.c5.i1

Antecedentes/Justificativas: Não foram verificadas evidências de monitoramento da necessidade de utilização, troca ou reposição de EPI.	
CAR Menor	Revisar a lista de EPI requeridos para cada atividade florestal, incluindo

2008.12	capas de chuva e outros itens por ventura necessários.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P4.c2C.i4

Antecedentes/Justificativas: A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. adota sistema de uso múltiplo das florestas, produzindo toras em classes de diâmetro e comprimentos específicos. Esse processo tem gerado um determinado volume de madeira com padrão inadequado às exigências desses consumidores, que poderia ser utilizado para outros possíveis produtos.

CAR Menor 2008.13	Elaborar e implementar um programa de minimização do desperdício de madeira resultante do traçamento das árvores em classes de diâmetro (sortimento).
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P5.c4.i1

Antecedentes/Justificativas: Na avaliação dos impactos ambientais das atividades de manejo da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. faltaram somente detalhes finais sobre levantamentos da fauna, flora, habitats, recursos hídricos, sítios de relevante valor histórico e cultural que tinham sido iniciados nos últimos anos.

CAR Menor 2008.14	Para fauna, flora, habitats, sítios de relevante valor histórico e cultural: - Complementar os levantamentos e estudos; - Identificá-los em mapas; - Apresentar lista de espécies endêmicas raras e/ou ameaçadas, com base nesses levantamentos; - Inserir os resultados no Plano de Manejo. - Estabelecer, se os levantamentos assim o indicarem, zonas reservadas para refúgio, alimentação e reprodução de espécies raras e/ou ameaçadas; - Fazer constar, no Plano de Manejo, os projetos para identificação e proteção de espécies raras e/ou ameaçadas.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P6.c2.i2,i3; P7.c1.i9

Antecedentes/Justificativas: Espera-se que toda área de empréstimo (retirada de material) seja posteriormente recuperada. Durante a auditoria, foi verificada cascalheira utilizada e não recuperada.

CAR Menor 2008.15	Elaborar e apresentar, até maio de 2009, um plano de recuperação de áreas degradadas, específico para cascalheiras, com georreferenciamento. Implementá-lo na seqüência e apresentar relatório preliminar de execução desse plano na primeira auditoria anual.
Prazo	Maio de 2009 (apresentação do plano); auditoria anual de 2009 (relatório preliminar).
Referência	FSC Critério P1.c1.i2 – Legislação ambiental; P6.c2.i4

Antecedentes/Justificativas: Segundo o P6.c7.i1, deve existir um plano de gerenciamento de resíduos, incluindo a sua identificação, classificação, transporte e disposição final. A Timbó Empreendimentos Florestais S.A. apresentou um plano de coleta de resíduos, mas necessita ser implementado, incluindo a destinação final. Os resíduos produzidos em campo têm sido levados para a cidade pelas empresas prestadoras de serviços, sem destinação definida ou adequada.

CAR Menor 2008.16	Revisar o plano de gerenciamento de resíduos, incluindo a destinação final.
Prazo	Julho de 2009
Referência	FSC Critério P6.c7.i2

Antecedentes/Justificativas: Apesar de ser desenvolvido um programa de eliminação de espécies exóticas em áreas de conservação e de regeneração de APP e RL, a formalização, os prazos e as áreas de realização destas atividades devem ser definidos e detalhados.	
CAR Menor 2008.17	Revisar e formalizar o programa de controle de espécies exóticas em áreas de conservação, contendo: 1) área total prevista por fazenda; e 2) cronograma de execução.
Prazo	Julho de 2009
Referência	FSC Critério P6.c9.i2

Antecedentes/Justificativas: A empresa não tem avaliado de forma adequada os impactos ambientais que podem ser gerados pelo uso de equipamentos em operações florestais específicas como, por exemplo, a colheita de madeira. Durante a auditoria, foram verificados danos ao solo causados pelos equipamentos de arraste, agravados pelo fato de serem executados em período chuvoso.	
CAR Menor 2008.18	Avaliar os impactos gerados pelos equipamentos utilizados nas atividades de colheita de madeira e adotar medidas mitigadoras.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P6.c5.i2; P7.c1.i6; P10.c6.i2

Antecedentes/Justificativas: Durante a auditoria foi observado pesticida armazenado de forma inadequada e em desacordo com legislação vigente e às instruções fornecidas pelos fabricantes.	
CAR Menor 2008.19	Implantar um sistema padronizado para armazenamento temporário de pesticidas no campo, ao longo do período de sua aplicação, de maneira que estes permaneçam protegidos contra a umidade e o alcance de animais e pessoas não autorizadas.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P6.c6.i2

Antecedentes/Justificativas: A empresa não apresentou um controle adequado para uso de pesticidas que aponte suas entradas, volumes utilizados, estoques e nem retorno e devolução de embalagens.	
CAR Menor 2008.20	Implantar um sistema de controle da entrada, estoque e saída de pesticidas dos depósitos, bem como do retorno das embalagens, com monitoramento constante no escritório.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P6.c6.i2

Antecedentes/Justificativas: A empresa não apresentou procedimentos formais (material informativo) para informar a população do entorno (vizinhos) sobre a aplicação de pesticidas, incluindo os cuidados adotados pela empresa nesta atividade.	
CAR Menor 2008.21	Produzir e distribuir, entre os moradores confrontantes, impressos informativos sobre os pesticidas utilizados pela empresa.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P6.c11.i1

Antecedentes/Justificativas: As informações sobre os recursos florestais a serem manejados, bem como dos sistemas silviculturais, procedimentos e especificações técnicas pertinentes adotadas pela empresa não estão claros no plano de manejo.	
---	--

CAR Menor 2008.22	Reformular o Plano de Manejo de 2008, visando eliminar incoerências e descrições de ações não pertinentes ao manejo florestal, atualizando-o de acordo com dados recentes.
Prazo	Julho de 2009
Referência	FSC Critério P7.c2.i1; P8.c4.i1

Antecedentes/Justificativas: Ao longo dos últimos anos, a empresa vem melhorando a base cartográfica e a elaboração de mapas de sua UMF. No entanto, ainda são verificadas discrepâncias entre o que mostram os mapas e a verdade terrestre, em vários aspectos (estradas, represas, talhões etc.).

CAR Menor 2008.23	Apresentar um plano de adequação dos mapas das fazendas, conforme o plano de operações de curto, médio e longo prazo, de maneira a retratar a verdade terrestre georreferenciada. Incluir toponímias.
Prazo	Julho 2009
Referência	FSC Critério P7.c1.i7

Antecedentes/Justificativas: A empresa não apresentou um plano para monitorar a composição e as mudanças observadas na flora e na fauna da Unidade de Manejo.

CAR Menor 2008.24	Elaborar um plano de monitoramento das alterações observadas na flora e na fauna, contendo: 1) bioindicadores selecionados; 2) metodologia a ser empregada; e 3) cronograma de execução.
Prazo	Auditoria anual de 2010.
Referência	FSC Critérios P8.c2.i2; P8.c2.i4

Antecedentes/Justificativas: A conectividade entre áreas de conservação tem uma importância significativa na proteção da fauna e a empresa não tem estudos avaliando a conectividade entre as áreas.

CAR Menor 2008.25	Apresentar estudos de fragmentação e conectividade.
Prazo	Auditoria anual de 2009.
Referência	FSC Critério P8.c2c.i3

Antecedentes/Justificativas: As empresas Agropastoril Novo Horizonte S.A. e Timbó Empreendimentos Florestais S.A. definiram todas as áreas de Reserva Legal averbadas, bem como as Áreas de Preservação Permanente como Floresta de Alto Valor de Conservação, até a finalização dos estudos de fauna e flora e definição dos atributos a serem conservados.

CAR 2008.26	Após a finalização dos estudos sobre a fauna e a flora e dos atributos a serem conservados, a Novo Horizonte deverá: <ul style="list-style-type: none"> • definir as áreas específicas qualificadas como Floresta de Alto Valor de Conservação; • realizar consulta pública; • definir e adotar um sistema de monitoramento desses atributos; • Elaborar e adotar um plano de manejo que garanta a manutenção ou o incremento desses atributos.
Prazo	Auditoria anual de 2010.
Referência	FSC Critérios P9.c2.i1; P9.c3.i1; P9.c4.i1

RECOMENDAÇÕES

Antecedentes/Justificativas: A empresa desenvolve projetos sociais, os quais têm colaborado para o desenvolvimento geral, especialmente do Município de Timbó Grande, que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Santa Catarina.	
REC 2008.01	Articular o Plano de Desenvolvimento Social com outros empreendimentos da região e lideranças locais. P 4.c4.i3.

Antecedentes/Justificativas: Na Unidade de Manejo da Timbó Empreendimentos Florestais S.A., existe uma gruta que, por tradição local, é considerado um dos últimos esconderijos do monge João Maria, líder messiânico da Guerra do Contestado. É um local de devoção popular, de grande beleza cênica, com visitação significativa, de especial significado cultural, religioso e histórico.	
REC 2008.02	Realizar um estudo da viabilidade da criação da RPPN Gruta do Monge. P1.c7.i2.

Antecedentes/Justificativas: As áreas de Floresta com Araucária fornecem vasta provisão de pinhões durante os meses de outono e inverno, cujo extrativismo é parte significativa da geração de renda da comunidade.	
REC 2008.03	Avaliar a possibilidade do acesso à coleta do pinhão por parte das comunidades locais (costume regional). P2.c2.i1.

Antecedentes/Justificativas: As melhorias significativas no sistema de monitoramento de segurança do trabalho dependem de ações continuadas de avaliação e capacitação.	
REC 2008.04	Avaliar a eficácia dos programas de treinamento para primeiros socorros. P4.c2D.i2.

Antecedentes/Justificativas: Embora a atuação da empresa esteja dentro do prescrito pela legislação, verifica-se que, na região Sul do Brasil, nem sempre o transporte padronizado de trabalhadores é feito de maneira adequada para abrigá-los dos rigores do clima.	
REC 2008.05	Avaliar as condições de transporte dos trabalhadores florestais, em conformidade com as condições climáticas da região. P4.c2E.i1.

Antecedentes/Justificativas: Como os municípios onde se inserem as atividades de manejo florestal da Timbó Empreendimentos Florestais S.A. apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Santa Catarina, são bem-vindas as iniciativas de capacitação e geração de renda, em conformidade com a vocação econômica florestal da região.	
REC 2008.06	Estimular o desenvolvimento de atividades não-madeireiras (por exemplo: apicultura, artesanato, exploração/produção de plantas medicinais, etc.) nas áreas de reserva legal. P5.c2.i3.

Antecedentes/Justificativas: As melhorias significativas no sistema de monitoramento de segurança do trabalho dependem de ações continuadas de avaliação e capacitação.	
REC 2008.07	Afixar, em pontos visíveis nos veículos de transporte de trabalhadores florestais ou nas bases de apoio e/ou áreas de vivências, cartazes indicando os EPI obrigatórios para cada função em atuação no local. P4.c2C.i4.

6 AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO

De acordo com os princípios e critérios do FSC, uma empresa certificada deve passar por uma auditoria de monitoramento, pelo menos uma vez ao ano, para avaliar a execução de cada ação corretiva requerida e revisar a continuidade do cumprimento dos Padrões Interinos da SCS de Certificação do Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 1.0. Os resumos públicos das avaliações do manejo desenvolvido pela empresa Timbó Empreendimentos Florestais S.A estarão à disposição na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

7 RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO ÀS INVESTIGAÇÕES DE QUEIXAS

A seguir, é apresentado um resumo dos procedimentos da SCS em relação à resolução de queixas. Os procedimentos completos estão disponíveis na SCS US, mediante pedido, para qualquer organização que perceba algum problema em relação ao Programa de Conservação Florestal da SCS e tenha alguma razão para questionar a SCS pelas suas ações ou em relação aos detentores de um certificado da SCS. Os procedimentos da SCS para a investigação de queixas compreendem o primeiro foro e mecanismo para a resolução amigável, evitando a necessidade de envolvimento do FSC. Queixas podem ser originárias de nossos clientes (por exemplo, donos de florestas, empresas ou distribuidores) ou de outras partes interessadas (*stakeholders*). Para haver um padrão nesse procedimento, as queixas devem ser feitas por escrito, acompanhadas de evidências de apoio e submetidas em 30 dias a partir do momento da ocorrência das ações que levaram às queixas.

A descrição da queixa deve conter:

- Identificação e indicação de uma pessoa de contato com relação à queixa apresentada
- Descrição clara da ação reclamada (data, local, natureza da ação) e a caracterização das partes ou dos indivíduos associados à ação;
- Explicação da forma com que a ação está violando os requerimentos do FSC, de maneira mais específica possível, em relação aos requerimentos do FSC aplicáveis ao caso;
- No caso de queixas contra ações do detentor de um certificado, as mesmas devem incluir a descrição dos esforços realizados, diretamente, com o detentor do certificado para resolver a questão;
- Proposta de ações que deveriam ser tomadas, levando em conta a opinião do requerente.

As queixas formais devem ser submetidas a:

Dr. Robert J. Hrubes
Senior Vice-President
Scientific Certification Systems
2000 Powell Street, Suite 1350
Emeryville, California, USA94608
Email: rhrubes@scscertified.com

Como detalhado no *Manual de Certificação da SCS*, as investigações sobre as queixas serão realizadas de forma confidencial, em um período de tempo razoável. Se apropriadas, ações corretivas ou preventivas, bem como a resolução de qualquer deficiência encontrada em produtos ou serviços devem ser providenciadas e documentadas.